



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第八屆立法會

第一立法會期（二零二五 – 二零二六）

第一組

第 VIII - 12 期

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

I Série

N.º VIII - 12

Data: 18 de Dezembro de 2025

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 17 horas e 19 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito na Praça da Assembleia Legislativa, Aterros da Baía da Praia Grande, Macau

Presidente: Cheong Weng Chon

Vice-Presidente: Ho Ion Sang

Primeiro-Secretário: Si Ka Lon

Segunda-Secretária: Lei Cheng I

Deputados presentes: Cheong Weng Chon, Ho Ion Sang, Si Ka Lon, Lei Cheng I, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng Jose, Leong On Kei, Ma Chi Seng, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei, Ip Sio Kai, Iau Teng Pio, Lam Lon Wai, Leong Sun Iok, Kou Kam Fai, Che Sai Wang, Leong Hong Sai, Lao Chi Ngai, Ngan Iek Hang, Lei Leong Wong, Vong Hou Piu, Leong Pou U, Lei Wun Kong, Chan Hao Weng, Lee Koi Ian, Lam Fat Iam, Ho Kevin King Lun, Chao Ka Chon, Wong Chon Kit, Wong Ka Lon, Kou Ngon Seng, Loi I Weng e Chan Lai Kei.

Convidados:

Secretário para a Economia e Finanças, Tai Kin Ip;

Directora substituta dos Serviços de Finanças, Ho In Mui;

Presidente substituto do Conselho de Administração da Autoridade Monetária de Macau, Vong Sin Man;

Antonio Leung, Assessor do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Subdirector dos Serviços de Obras Públicas, Sam Weng Chon;
Subdirector substituto dos Serviços de Finanças, Kuok Iat Hoi;
Subdirectora substituta dos Serviços de Finanças, Tam Lai Ha;
Chefe do Departamento de Planeamento e Recrutamento dos Trabalhadores dos Serviços Públicos dos SAAP, Yolanda Lau Chan;
Directora do Gabinete de Assuntos Financeiros da Universidade de Macau, Lei Miu Mei;
Chefia funcional do Departamento de Produção Legislativa da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, Lei Weng I;
Director dos Serviços para os Assuntos Laborais, Chan Un Tong;
Assessora do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, Ao Iok Chan;
Chefe do Departamento de Estudos e Informática da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, Chan Weng Chi.

Ordem do Dia:

1. Discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2026”;
2. Discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 5/2020-Salário mínimo para os trabalhadores”.

Sumário:

Intervenções no período antes da Ordem do Dia dos Deputados Leong Pou U, Lam Lon Wai, Lei Cheng I, Leong Sun Iok, Iau Teng Pio (também em nome dos Deputados Vong Hou Piu e Wong Chon Kit), Chui Sai Peng Jose, Ip Sio Kai, Chao Ka Chon (também em nome do Deputado Kou Ngon Seng), Ho Kevin King Lun, José Maria Pereira Coutinho, Che Sai Wang, Si Ka Lon, Chan Hao Weng, Loi I Weng, Lam Fat Iam (também em nome do Deputado Kou Kam Fai), Wong Kit Cheng, Chan Lai Kei, Lao Chi Ngai, Lei Leong Wong, Song Pek Kei, Lee Koi Ian, Ngan Iek Hang, Leong Hong Sai, Ho Ion Sang, Leong On Kei (também em nome do Deputado Ma Chi Seng) e Lei Wun Kong (também em nome do Deputado Wong Ka Lon); de seguida, discussão, votação e aprovação na especialidade das propostas de lei intituladas “Lei do Orçamento de 2026” e “Alteração à Lei n.º 5/2020 - Salário mínimo para os trabalhadores”.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

Vamos entrar no período de antes da Ordem do Dia. Há 26 intervenções inscritas no período antes da Ordem do Dia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Pou U.

Leong Pou U: Obrigado, Sra. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O título da minha intervenção de hoje é aprofundar a reforma da administração pública e concretizar uma boa governação.

No seu importante discurso por ocasião da celebração do 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, o Presidente Xi Jinping apresentou quatro desejos, um dos quais é o aprofundamento da reforma da Administração Pública, com a optimização da estrutura organizacional, a inovação dos conceitos de governação, o aperfeiçoamento dos métodos de governação, o reforço da macrocoordenação e a construção um Governo orientado para servir com alta eficiência. Há dias, no encontro com o Chefe do Executivo em Pequim, o Presidente Xi Jinping reconheceu os trabalhos do Chefe do Executivo e do Governo da RAEM, afirmando que o novo Governo da RAEM actuou no avanço resolutivo e na acção pragmática, na defesa firme da soberania, da segurança e dos interesses do desenvolvimento do País, e impulsionou a reforma da administração pública ao longo deste ano. Ao mesmo tempo, pediu que Governo da RAEM se articule proactivamente com o 15.º Plano Quinquenal do País, insista e melhore a predominância do poder executivo, impulsione, de forma sólida, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, eleve constantemente a eficiência da governação e integre melhor a conjuntura do desenvolvimento nacional, servindo-o.

Logo no início do presente mandato do Governo, foi criado o mecanismo de liderança e coordenação da reforma da Administração Pública, com o objectivo de promover a reforma da máquina administrativa, através da simplificação da estrutura do Governo, da elevação das capacidades dos trabalhadores da Função Pública e do aprofundamento dos serviços públicos. O regulamento administrativo intitulado “Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos”, que entrou em vigor em 14 de Outubro de 2025, prevê, de forma clara, a definição legal dos “serviços públicos” e o respectivo sistema de classificação, estabelecendo os princípios básicos de criação, funcionamento e fiscalização dos serviços públicos e regulando os critérios de criação, integração e extinção de direcções de serviços, departamentos, divisões, equipas de projecto, etc. Mais, está claramente definido que a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública é a entidade coordenadora, responsável pelos trabalhos de acompanhamento, coordenação, avaliação e fiscalização. Segundo a meta do Governo, a revisão da situação de todos os serviços públicos estará concluída em três anos. De acordo com o novo regulamento administrativo, o número de serviços públicos será de 47. A reforma da Administração Pública desta vez envolve um número de serviços e trabalhadores sem precedentes, o que, inevitavelmente, tem algum impacto no pessoal e nos serviços públicos.

Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Persistir no princípio de “ter por base a população” e reforçar a solidariedade humana

As grandes reformas costumam acarretar para as pessoas pressão e incómodo psicológico e emocional, daí a necessidade de uma coordenação e comunicação eficaz e oportuna. Desta vez, a reforma da administração pública vai alterar o conteúdo de trabalho, e direitos e regalias de muitos funcionários públicos, e muitos deles têm dúvidas sobre a

organização dos seus futuros trabalhos. Sugiro ao Governo que, tendo em conta o princípio de “ter por base a população”, crie um grupo especializado de acompanhamento, responsável pela comunicação e auscultação das opiniões dos trabalhadores afectados, para lhes prestar o apoio necessário, quer a nível de postos de trabalho, quer de aconselhamento psicológico, para os ajudar a se adaptarem, o mais rápido possível, ao novo posto de trabalho, tudo para que a transição decorra sem sobressaltos e, com base nisto, criar um mecanismo de apoio normalizado para a reforma posterior.

2. Manter a qualidade dos serviços públicos e garantir uma reforma de alta qualidade

Segundo o plano do Governo e tendo em conta o diploma acima referido, nos próximos três anos, cerca de um terço dos serviços públicos vão ser reestruturados. Assim, espero que esta reestruturação e optimização de funções possa elevar a eficiência dos serviços públicos e a eficácia das acções governativas, construindo um Governo de alta eficiência, e que os serviços a prestar facilitem a vida dos cidadãos e dos empresários. Espero que o Governo promova, de forma ordenada, a reestruturação dos serviços públicos, optimize as respectivas funções e assegure que a qualidade dos serviços prestados à população não seja prejudicada, havendo uma optimização das funções em geral e também não afectando a mobilidade do pessoal.

3. Aperfeiçoar o regime, em prol do desenvolvimento da carreira profissional dos trabalhadores da Função Pública

Os trabalhadores da Função Pública são uma base importante para a governação e uma parte importante no sistema de governação da RAEM, desempenhando um papel nuclear na execução e implementação das linhas de acção governativa e na concretização de uma boa governação. Espero que, durante o processo de reestruturação, o Governo melhore o regime de gestão do número de trabalhadores e aproveite melhor os recursos humanos, com vista a reduzir a pressão do pessoal; aperfeiçoe o regime das carreiras e crie um mecanismo de acesso entre carreiras, a fim de incentivar a mobilidade vertical dos trabalhadores; optimize os planos de formação, para elevar as capacidades profissionais do pessoal; apoie, em várias vertentes, os trabalhadores da camada de base, aliviando a sua pressão de vida; e preste atenção à saúde psicológica dos trabalhadores e continue a realizar diversas actividades culturais, recreativas e desportivas, aliviando a sua pressão de trabalho.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Lon Wai.

Lam Lon Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde a todos.

O título da minha intervenção de hoje é aperfeiçoar a segurança e saúde ocupacional e a garantia do regime dos novos tipos de trabalho.

O sector de entregas de comida por motoristas expandiu-se rapidamente como um novo modelo de negócio, tornando-se parte integrante da vida quotidiana de muitos cidadãos. Contudo, são cada vez mais os problemas relacionados com os riscos de trabalho e a falta de garantias. De acordo com inquéritos realizados no passado, mais de metade desses motoristas consideram que as actuais medidas de protecção são insuficientes, e muitos suportam, por um longo período, várias pressões ao nível do ritmo de envio de comida, pressão do tempo e riscos rodoviários. O novo modelo de negócio é uma parte importante do mercado de trabalho contemporâneo, pelo que só se pode aperfeiçoar simultaneamente a regulamentação do regime e a gestão prática, clarificar as responsabilidades da plataforma e reforçar os mecanismos de segurança e saúde ocupacional. Só assim se pode garantir a segurança dos trabalhadores da linha da frente e os seus direitos e interesses fundamentais, e contribuir para o desenvolvimento sustentável do sector.

O que merece o nosso reconhecimento é o facto de, nos últimos anos, o Governo ter promovido, de forma contínua, a fiscalização da segurança e saúde ocupacional, e acções de formação e instruções para os respectivos sectores. As instituições particulares, os sindicatos e algumas plataformas também lançaram sucessivamente medidas de apoio, como a instalação de postos de descanso para motoristas, fornecimento de materiais contra o calor e prémios para os bons motoristas, entre outros, o que contribuiu para melhorar o ambiente de trabalho. Contudo, trata-se de “medidas complementares”, que não podem substituir as garantias institucionalizadas. Nos últimos anos, registaram-se em Macau vários acidentes de viação graves ou fatais envolvendo motoristas de entrega de comida, tendo os diversos sectores da sociedade tomado acções de solidariedade e organizado, por iniciativa própria, doações para apoiar os familiares. No entanto, face a alguns novos sectores de alto risco e de funcionamento prolongado, as garantias do regime continuam a ser insuficientes, o que demonstra a falta de protecção dos trabalhadores dos novos sectores em termos de acidentes de trabalho, segurança e saúde ocupacional e assunção de riscos.

Assim, apresento as seguintes três sugestões:

1. Estudar a criação de um “quadro de protecção básica para os trabalhadores de novos sectores” e clarificar as responsabilidades principais

No Interior da China, há novos requisitos e instruções claras para as plataformas de “takeaway”. Sugiro ao Governo que, tendo como ponto de partida o desenvolvimento da profissão de estafeta de “takeaway”, proceda a estudos sobre a definição de princípios básicos de protecção para os trabalhadores de novos sectores, com a clarificação das responsabilidades mínimas das empresas dos novos tipos de plataformas em matéria de seguro de acidentes de trabalho, responsabilidades perante terceiros e assunção de riscos durante o trabalho. Ao mesmo tempo, deve rever-se o “regime jurídico do seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais”, em vigor há 30 anos, a fim de analisar se é suficiente para responder às necessidades reais dos trabalhos relacionados com as plataformas e dos

trabalhos flexíveis, evitando a ambiguidade em termos de responsabilidades e o longo tempo de indemnização, em caso de acidentes.

2. Optimizar a concepção do regime para reduzir, a partir da fonte, o risco de acidentes de viação

Actualmente, os novos padrões do Interior da China estabelecem a emissão de avisos de fadiga, a restrição do número de horas para recepção de pedidos de entrega e a proibição do recurso, por parte das plataformas, a algoritmos ou mecanismos de incentivo, para obrigar, indirectamente, os estafetas a fazerem horas extraordinárias. Como as vias públicas de Macau são densas, sugiro ao Governo que, com base nas orientações para o sector, estude a introdução de avisos de fadiga e medidas adequadas de descanso e o ajustamento da distribuição de pedidos de entrega em situações de mau tempo, para evitar que os estafetas conduzam com risco devido à “pressa”.

3. Reforçar os apoios complementares e as medidas de segurança e saúde ocupacional

Para além da sensibilização e divulgação das instruções relativas à segurança, sugiro ao Governo que aproveite melhor os sindicatos e associações e, ao mesmo tempo, integre as plataformas e os recursos comunitários, para melhorar os apoios aos estafetas de “takeaway”. Há que reforçar a formação sobre segurança rodoviária antes e depois do ingresso no sector, e criar mais espaços de descanso e apoio, para os trabalhos de segurança e saúde ocupacional deixarem de ser um meio de reparação, mas, antes, um meio de prevenção, promovendo-se, deste modo, o desenvolvimento saudável deste novo sector.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O Governo divulgou, há dias, as recentes estatísticas da criminalidade e dados sobre a execução da lei, salientando que a polícia irá reforçar o combate ao emprego ilegal. Durante os primeiros três trimestres deste ano, foram realizadas 875 operações, que resultaram na detenção de 517 trabalhadores ilegais e de 60 empregadores que os contrataram. Isto representa um aumento, em comparação com o mesmo período do ano passado. As autoridades sublinharam que será dada especial atenção a situações como o emprego ilegal nas áreas de fotografia e concertos. Espero que as autoridades reforcem, continuamente, as patrulhas e a execução da lei, acompanhando, activamente, os casos denunciados, tomando a iniciativa de monitorizar as informações *online* suspeitas de recrutamento de trabalhadores ilegais, revendo atempadamente a lei e reforçando a divulgação, adoptando uma abordagem

abrangente para reprimir, eficazmente, o emprego ilegal, de modo a proteger o direito ao emprego dos residentes.

Com o desenvolvimento das novas indústrias e da economia Gig, a forma de trabalho ilegal nalguns sectores fica mais oculta, especialmente nalguns postos de trabalho de curto prazo, temporários ou flexíveis, por exemplo, guias turísticos ilegais, motoristas sem a devida autorização ou fotografos turísticos. De vez em quando, alguns residentes queixam-se de terem sido encontradas informações na *internet* sobre suspeitas de recrutamento de trabalhadores ilegais ou sem a devida autorização. Em Macau, também houve casos de contratar TNR em nome de voluntários para espectáculos, mas, na realidade, eram actividades comerciais, portanto, é obviamente uma infracção. Há ainda empresas que abusam das excepções consagradas no “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”, isto é, recrutam TNR para trabalharem em Macau a título de intercâmbio cultural ou de orientação e fiscalização, entre outros. No passado, muitos residentes queixaram-se de que, mesmo quando se detectavam casos como estes, era difícil revelá-los e combatê-los.

Segundo os dados estatísticos, nos primeiros oito meses deste ano, os serviços competentes efectuaram 498 vistorias sobre o trabalho ilegal e a situação de contratação, e 417 indivíduos foram punidos com sanções administrativas por trabalho ilegal, envolvendo um montante total de 3948 milhões de patacas, uma média de 9400 patacas por pessoa. A sociedade tem afirmado, ao longo dos anos, que o valor das sanções previstas na lei vigente é baixo, transformando o trabalho ilegal num acto ilegal de “baixo custo” com efeitos dissuasores insuficientes.

O trabalho ilegal em qualquer sector ou forma não é apenas uma ilegalidade, pois afecta o emprego dos trabalhadores locais, e faz com as empresas e os empregadores locais cumpridores da lei enfrentem situações de concorrência desleal, enfraquecendo o seu espaço de exploração e até originando outros problemas de segurança. Assim, espero que os serviços públicos reforcem a troca de informações e a cooperação, fiscalizem e combatam, em conjunto, as respectivas questões, comuniquem, activamente, com o sector, reforcem a fiscalização dos pontos negros do trabalho ilegal ou fiscalizem, por iniciativa própria, as informações sobre o recrutamento *online*, e acompanhem, activamente, as queixas dos cidadãos. Para além dos esforços envidados pelo Governo no combate, a sociedade espera que a lei seja aperfeiçoada, para reforçar o combate e os efeitos dissuasores contra a contratação de trabalhadores ilegais, incluindo a revisão do montante das sanções e da execução das sanções acessórias aplicáveis ao trabalho ilegal e ao exercício de funções alheias às autorizadas, sendo também necessário aperfeiçoar as normas excepcionais previstas no “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”, a fim de evitar abusos e fugas à lei.

Por outro lado, a revisão do “Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência” já está incluída no plano legislativo do próximo ano. Tendo em conta a sua entrada em vigor há cerca de quatro anos, sugiro que, durante o processo da sua revisão, as autoridades procedam a uma avaliação da sua eficácia no combate ao trabalho ilegal, aos casamentos fictícios e à contratação falsa de trabalhadores, com especial atenção para a prevenção de situações em que grupos criminosos

transnacionais aliciem pessoas para casamentos fictícios para obter, fraudulentamente, o direito à residência, com vista a reforçar o combate e a execução da lei por parte das autoridades.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Sun Iok.

Leong Sun Iok: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O título da minha intervenção de hoje é rever a distribuição das receitas do jogo e otimizar as responsabilidades sociais das concessionárias do jogo.

No próximo ano, o Governo vai, de acordo com a nova Lei do jogo, proceder à revisão sobre o cumprimento dos contratos de concessão pelas seis concessionárias, durante os anos 2023 a 2025, incluindo o das suas responsabilidades sociais. Perante isto, espero que se aproveite esta oportunidade para a revisão global dos recursos investidos pelas seis concessionárias do jogo, a optimização da distribuição das receitas do jogo e da concretização das suas responsabilidades sociais, e o aproveitamento dos projectos não jogo, para promover a diversificação adequada da economia, bem como definir um plano sistemático para o investimento das receitas do jogo na promoção do desenvolvimento social.

De acordo com a Lei do jogo vigente, as concessionárias têm de efectuar contribuições de 2 por cento das receitas do jogo para o fundo público e de 3 por cento para o desenvolvimento urbanístico, promoção turística e segurança social. Em 2024, a dotação efectiva da rubrica “Contribuição para o desenvolvimento urbano, promoção turística e segurança social” foi de cerca de 6,7 mil milhões de patacas, um aumento significativo face a 2023. Ao mesmo tempo, nos termos da nova lei, as concessionárias têm investido, nos últimos anos, muitos recursos para assumirem as suas responsabilidades sociais, o que merece o nosso reconhecimento.

Pelo exposto, verifica-se que, actualmente, muitos recursos foram investidos no desenvolvimento social, quer das receitas provenientes do jogo quer por parte das próprias empresas concessionárias do jogo. Porém, de forma geral, esses recursos estão dispersos e carecem de um sistema e de uma interligação, logo, não conseguem realizar o máximo benefício social.

Assim, a fim de melhorar a distribuição dos recursos provenientes da responsabilidade social das concessionárias do jogo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Realizar uma revisão global do mecanismo de distribuição dos 5 por cento das receitas do jogo, reestruturando os recursos para um investimento mais preciso na segurança social. O actual mecanismo prevê a divisão daqueles 5 por cento em “2 por cento para fundo

público” e “3 por cento para o desenvolvimento urbanístico, turismo e segurança social”, proporção que já vigora há anos. Olhando para o Fundo de Segurança Social, uma das fontes de receita provém das contribuições provenientes do jogo. Contudo, com o agravamento do envelhecimento populacional, o Fundo de Segurança Social enfrenta uma enorme pressão financeira. Embora a lei actual estabeleça que os 3 por cento das contribuições sejam destinados a “segurança social”, estes são também destinados ao desenvolvimento urbanístico e à promoção turística. Sugere-se que o Governo reavalie, através da revisão a ocorrer no próximo ano, a proporção de distribuição dos 5 por cento das receitas do jogo, ponderando o aumento da parcela destinada ao Fundo de Segurança Social, a fim de aumentar, a partir da proveniência, as fontes das receitas, criando bases para concretizar uma justa actualização da pensão para idosos. Mais, há que destinar algumas receitas provenientes do desenvolvimento urbanístico para apoio efectivo, por exemplo, aos grupos vulneráveis, aos serviços sociais, à educação e aos cuidados de saúde, etc.

2. Criar o “Fundo de responsabilidades sociais das empresas de jogo”. A nova lei do jogo exige que as concessionárias assumam responsabilidades sociais, mas, neste momento, as práticas são diferentes e faltam critérios uniformes e veículos de execução, portanto, é difícil quantificar os resultados. Tomando como referência a prática do *The Hong Kong Jockey Club Charities Trust*, sugiro ao Governo que oriente ou exija às empresas de jogo que, para além de cumprirem as suas responsabilidades sociais, criem um “fundo de responsabilidades sociais” que funcione, efectivamente, para concretizar melhor as exigências da “Lei do jogo” sobre as suas responsabilidades sociais, incluindo no âmbito das garantias dos trabalhadores, do apoio aos portadores de deficiência ou reabilitados, e do apoio às PME e ao desenvolvimento das actividades educativas, de investigação científica, de protecção ambiental, culturais e desportivas, e de interesse público.

3. Elevar a transparência dos projectos de investimento não associados ao jogo. Com a nova Lei do jogo, nos últimos três anos, as concessionárias têm-se empenhado no desenvolvimento de projectos não ligados ao jogo, mas o Governo não divulgou o montante abrangido, alegando que estão envolvidos investimentos de empresas privadas. Assim, a sociedade ainda não conseguiu ficar a par dos dados concretos sobre os investimentos nem o ponto de situação, e dificilmente consegue avaliar, de forma objectiva, se esses investimentos beneficiam, ou não, o desenvolvimento de Macau. Assim, o Governo deve criar uma base de dados aberta sobre o montante e os resultados dos projectos não associados ao jogo já “concluídos” e “relacionados com o interesse público”, para a sociedade fiscalizar os resultados.

Por fim, os recursos da sociedade não vêm de forma fácil e são fruto dos esforços conjuntos do Governo, das empresas, dos diversos sectores sociais e da população em geral. A situação nem sempre é boa. Espero que o Governo aproveite bem os recursos oriundos das responsabilidades sociais das empresas de jogo, para melhorar a vida da população, apoiar a formação de quadros qualificados e os trabalhos de caridade, bem como promover activamente o desenvolvimento da ciência e tecnologia, educação, cultura e desporto, e apoiar a diversificação adequada da economia, para o desenvolvimento da indústria do jogo beneficiar a vida da população e aumentar a resiliência da sociedade e da economia.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Iau Teng Pio.

Iau Teng Pio: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome dos Deputados Vong Hou Piu e Wong Chon Kit. O título desta intervenção é o seguinte: aperfeiçoamento do Sistema de Segurança Contra Incêndios em Macau.

O recente incêndio em Tai Po, Hong Kong, causou elevado número de feridos e mortos, tendo sido o pior incêndio dessa região nos últimos 80 anos. O Secretário-Geral do Partido Comunista da China, Xi Jinping, prestou elevada atenção, informou-se imediatamente sobre os trabalhos de socorro e a situação dos sinistrados, e deu instruções ao Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do PCC e ao Gabinete de Ligação do Governo Central em Hong Kong para assegurarem a extinção do incêndio, o resgate e o socorro, bem como as medidas de contingência, com apoio dos serviços competentes e regiões vizinhas, no sentido de minimizar a perda de vidas e os danos. Hong Kong e Macau mantêm laços estreitos e fraternos. Endereçamos as nossas mais sentidas condolências a todos os afectados e às suas famílias, rogando que os falecidos descansem em paz e que os sobreviventes encontrem força para seguir em frente.

O Governo da RAEM deu grande atenção ao sucedido e, logo depois do incêndio, coordenou acções conjuntas entre os Bombeiros, o IAS, a DSAL e a DSSCU, e o IAM, realizando inspecções de segurança em todos os estaleiros de obras e verificando com rigor os materiais ignífugos utilizados, para assegurar o cumprimento das normas em vigor. Nos últimos dias, as autoridades competentes têm vindo a rever e a aperfeiçoar continuamente os planos de segurança nas obras. Nós saudamos a pronta resposta e o esforço profissional das autoridades e dos agentes da linha da frente, cuja actuação permite que os cidadãos vivam num ambiente mais seguro.

Em Macau, existem numerosos edifícios antigos e de grande altura, especialmente, nas zonas de T'oi Sán, Areia Preta, Fai Chi Kei, Praia do Manduco e San Kio, onde muitos edifícios estão velhos e muito próximos uns dos outros. Alguns cidadãos têm denunciado que as saídas de emergência estão frequentemente obstruídas por objectos diversos ou motociclos, o que constitui um sério risco de segurança. Consideramos que Macau deve retirar lições profundas desta tragédia ocorrida na região vizinha, aperfeiçoando o seu sistema de segurança contra incêndios e reforçando a consciência colectiva sobre a prevenção de desastres. Neste sentido, sugerimos o seguinte:

1. Prosseguir a optimização dos equipamentos contra incêndios e a educação para a prevenção de desastres, procedendo a uma inspecção sistemática de todos os edifícios de

Macau, especialmente os antigos e os de grande altura; reforçar igualmente a sensibilização da população, sobretudo educando os jovens e as crianças sobre a prevenção de desastres, e promovendo a capacidade de autoprotecção e socorro mútuo da população.

2. Reforçar a gestão de segurança contra incêndios nos estaleiros de obras, ou seja, para além das inspecções regulares realizadas actualmente, propomos estudar a possibilidade de ser proibido fumar num perímetro de dez metros em redor de cada estaleiro, reduzindo assim o risco de incêndios, e de reforçar a fiscalização sobre o armazenamento e a utilização de materiais inflamáveis nos estaleiros de obras.

3. Criar um mecanismo de colaboração com outras regiões, em situações de emergência, e, para isso, propomos intensificar o diálogo com os serviços de bombeiros de Zhuhai e realizar exercícios conjuntos, estudando a viabilidade da implementação de um mecanismo de apoio transfronteiriço no caso de desastres graves quando os recursos locais se revelem insuficientes, a fim de prevenir riscos antecipadamente e proteger ao máximo a vida e os bens dos cidadãos.

Termino por aqui a minha intervenção. Obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng Jose: Obrigado, Sr. Presidente.

O título da minha intervenção de hoje é promover o parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias através de fundo da indústria científica e tecnológica.

A inovação científica gera novas indústrias, novos modelos e novas forças motrizes, e é essencial para as novas forças produtivas de qualidade. O “Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas”, lançado pelo Governo em 2023, qualifica as empresas tecnológicas locais e apoia o seu crescimento através de diferentes níveis de certificação oficial. Em Setembro deste ano, 51 empresas locais das áreas de circuitos integrados, tecnologia da informação, medicina tradicional chinesa, novos materiais e biotecnologia obtiveram certificação. Estas empresas empregam quase 1800 trabalhadores e a receita total no ano passado foi de 4,3 mil milhões de patacas. Este programa já é o “bilhete de identidade” das empresas tecnológicas de Macau, o qual constitui a sua base, e atraiu potenciais empresas para o futuro parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias.

Segundo o Governo, esse parque vai ser na Avenida Wai Long e na parcela oeste da Zona E1 dos Novos Aterros, com uma área de construção de 600 000 metros quadrados, e vai dedicar-se a quatro áreas prioritárias: biomedicina, tecnologia digital, circuitos integrados e tecnologia aeroespacial. O papel do parque é definido como base para a internacionalização das empresas tecnológicas de alta qualidade do Interior da China, centro de serviços para os projectos tecnológicos de ponta do estrangeiro e base local de integração indústria-universidade-investigação. Para reuni factores impulsionadores, o Governo planeia criar o Centro Internacional da Indústria de Ciências e Tecnologias de Macau em 2026. Acredita-se

que esta medida vai atrair empresas que se vão sediar nos bens imóveis do Governo e assegurar a transição. Tudo isto contribui para Macau acelerar a transição para o desenvolvimento de alta qualidade, e evidencia a determinação do Governo em construir um novo patamar da indústria científica e tecnológica.

O público espera ansiosamente que o parque desempenhe um novo papel na diversificação económica. Assim, espera-se que o Governo acelere a concretização do fundo governamental para as indústrias e do fundo de orientação para a transformação dos resultados científicos e tecnológicos, e defina objectivos claros e políticas estáveis, para atrair as empresas e o investimento, obter o apoio da população, no sentido de promover a inovação científica e tecnológica. Para assegurar o acompanhamento das empresas por parte das políticas públicas, apresento três sugestões:

1. O Governo deve criar um fundo governamental de orientação com objectivos e rumos claros. Espero que publique quanto antes uma lista de apoio, para tornar claras as condições de candidatura, isto é, de certificação de empresas científicas e de projectos de investigação. As orientações claras aceleram as decisões das empresas.

2. O Governo deve detalhar o destino do fundo, criando um mecanismo de suporte para as diferentes fases do crescimento das empresas. O Governo deve dar apoio prioritário e seguir o princípio “um assunto, uma discussão” para as indústrias IAB e NEM através dum fundo do nível provincial, de Guangdong, e garantir suporte para todo o processo “pesquisa básica → avanços tecnológicos → industrialização dos resultados → finanças tecnológicas → apoio a profissionais”, através do apoio do Shenzhen Angel Investment Guiding Fund. O Governo deve definir planos específicos para os diferentes ciclos do crescimento das empresas, implementando medidas de acompanhamento completo.

3. Propõe-se promover a transformação do parque num *hub* de cooperação em inovação científica e tecnológica “Grande Área da Baía + China-Portugal”. O Governo e o fundo devem promover *roadshows* e acções conjuntas para atrair capitais e empresas líderes do Interior da China e do estrangeiro e destacar os projectos de cooperação emblemáticos entre a China e Portugal para acelerar a transformação do parque num *hub* e expandir as ligações internacionais.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ip Sio Kai.

Ip Sio Kai: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde a todos.

O título da minha intervenção é o seguinte: adopção de um novo modelo de dinamização

de zonas históricas em prol da revitalização da economia comunitária.

O Centro de Desenvolvimento de Zonas Históricas, criado pelo Governo e explorado pela Federação das Associações dos Operários, foi inaugurado em 15 de Dezembro, o que marca uma nova fase no desenvolvimento de zonas históricas de Macau. Esta iniciativa inovadora adopta um modelo colaborativo caracterizado pela “supervisão e coordenação do Governo, investimento de recursos por empresas de lazer e planeamento e execução pelo sector privado”, o que contribui para injectar um novo impulso no desenvolvimento sustentável da economia comunitária, alinhando-se estreitamente com os princípios de “reformular com firmeza, elevar a eficiência, enfrentar juntos os desafios para promover a diversificação” constantes do Relatório das LAG do Governo da RAEM para 2026.

De acordo com o planeamento desse Centro, as seis zonas históricas integradas vão transformar-se em zonas comerciais distintas, no qual se inclui a revitalização dos bairros históricos, do património industrial e da arquitectura ligada ao património cultural marítimo, com vista a impulsionar o seu desenvolvimento económico sustentável. Este planeamento demonstra plenamente a determinação do Governo em impulsionar a economia comunitária e o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Nos últimos anos, o Governo introduziu uma série de políticas e medidas para promover a recuperação do sector do turismo e estimular o consumo, incluindo programas como “Passeios, gastronomia e estadia para residentes de Macau”, “Grande Prémio para o consumo nas zonas comunitárias” e a oferta de descontos em voos e hotéis para visitantes do Interior da China. Estas medidas produziram resultados positivos, com as zonas turísticas a registarem um aumento no número de visitantes. Porém, as lojas dos bairros comunitários continuam a enfrentar pressões de exploração e não conseguem colher os benefícios da recuperação do sector do turismo. A criação desse Centro representa uma iniciativa importante do Governo para dar resposta às preocupações da sociedade e para impulsionar, de forma inovadora, o desenvolvimento da economia comunitária. Para garantir que este novo modelo de desenvolvimento de zonas históricas produz resultados substanciais e beneficia genuinamente as lojas nos bairros comunitários, apresento as seguintes sugestões:

1. Definir com precisão as características das zonas e evitar a concorrência homogénea. Sugiro que o Governo e o Centro de desenvolvimento de zonas históricas destaquem as características de cada zona durante o planeamento e a captação de investimento: na zona histórica deve-se dar atenção à experiência cultural, na zona de monumentos industriais deve-se reunir o lazer entre pais e filhos, e na zona costeira deve-se concentrar a “vida lenta”. Há que captar investimento de acordo com as suas características, introduzir negócios correspondentes ao posicionamento e criar um círculo comercial em que “há coisas para comer, comprar e ver”.

2. Aperfeiçoar as infra-estruturas complementares e o sistema de orientação de trânsito. Sugiro ao Governo que, durante o planeamento, coordene e aperfeiçoe as instalações complementares das zonas, como ligações rodoviárias, sinalização e decorações. Há que se proceder, com antecedência, à interligação entre os pontos turísticos e as zonas ligadas à vida

da população, e através das sinalização clara, mapas e guias digitais, orientar os turistas para explorar a comunidade nas zonas diferentes.

3. Apoiar as actividades de marca e criar um mecanismo de desenvolvimento a longo prazo. Sugiro que o Governo e o referido Centro, sob o apoio da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, planeiem actividades simbólicas com características de cada zona e as organizem de forma contínua para surtir um efeito de marca. A realização contínua das mesmas pode aumentar a fama das zonas, formar um fluxo estável de visitantes e promover os negócios das PME da área envolvente.

4. Cooperação entre as partes e equilíbrio entre a revitalização e a vida da população. Proponho ao Governo e ao “Centro de Desenvolvimento Local” que, no planeamento de actividades e de captação de investimentos, auscultem plenamente as opiniões dos lojistas e residentes; em relação aos novos modelos de negócios, deem prioridade à participação dos lojistas locais e das PME; e criem um mecanismo de “feedback” para avaliar periodicamente a eficácia do desenvolvimento das zonas, ajustando e optimizando atempadamente as estratégias.

5. Aproveitamento do “*marketing* digital” para aumentar a atractividade das zonas. Proponho ao “Centro de Desenvolvimento Local” que aproveite o modelo combinado dos serviços *online* e *offline*; lance em cooperação com plataformas de rede de renome do Interior da China itinerários de *check-in*, recomendações de lojas típicas, vídeos curtos sobre histórias culturais, etc., para atrair visitantes jovens e residentes; e integre em cooperação com as agências de viagens as características das zonas nos roteiros turísticos.

A criação do “Centro de Desenvolvimento Local” é um marco importante na promoção da economia comunitária de Macau. Espera-se que, através dos esforços conjuntos do Governo, das empresas, das associações, dos lojistas e dos residentes, se possa impulsionar o desenvolvimento sustentável da economia. Solicito ao Governo que preste atenção ao desenvolvimento das outras zonas, para além destas seis, tendo em conta por exemplo a revitalização e optimização dos complexos hoteleiros do Porto Exterior, após a saída dos casinos-satélites, e os lojistas das zonas das Portas do Cerco e do Fai Chi Kei, para que todas as zonas de Macau possam partilhar os dividendos da recuperação do turismo, injectando uma nova vitalidade na economia de Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chao Ka Chon.

Chao Ka Chon: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Kou Ngon Seng. O título da nossa intervenção é o seguinte: gerontecnologia para apoio do envelhecimento em casa.

Com o envelhecimento contínuo da estrutura etária da população de Macau, segundo os dados estatísticos, a RAEM já entrou oficialmente numa “sociedade envelhecida”. Prevê-se que, dentro de quatro anos, em 2029, a percentagem da população com idade igual ou superior a 65 anos atinja 21,4 por cento, inserindo Macau numa “sociedade superenvelhecida”. A procura por cuidados aos idosos aumenta rapidamente, exercendo forte pressão sobre os sistemas de bem-estar social, saúde e apoio familiar. Para enfrentar este desafio, o Governo prevê actuar em seis frentes nos serviços de apoio ao envelhecimento: aperfeiçoar continuamente a rede de serviços para idosos; promover a integração profunda entre cuidados médicos e apoio ao envelhecimento; impulsionar o desenvolvimento do envelhecimento inteligente; reforçar a oferta de serviços de reabilitação; formar profissionais qualificados e aperfeiçoar os mecanismos de monitorização dos serviços, com o objectivo de criar uma “zona de serviços para idosos em 15 minutos” ao nível comunitário. Apesar destes esforços, ainda se torna necessário um plano mais concreto e estratégico, particularmente na conjugação entre o envelhecimento em casa e a aplicação de tecnologias para a terceira idade.

Quanto ao sistema de tecnologias de apoio ao envelhecimento em casa, o Governo já lançou o Serviço de Teleassistência “Peng On Tung”, além de ter realizado o Registo dos Idosos Isolados e das Famílias de Dois Idosos. Também foi iniciado o trabalho de elaboração das Orientações sobre o *design* e a adaptação do ambiente domiciliário para Idosos, cuja conclusão está prevista para o próximo ano. Porém, o suporte tecnológico para necessidades específicas – como o acompanhamento de doenças crónicas dos idosos isolados e das famílias de dois idosos, a monitorização da segurança em caso de solidão ou a ligação a cuidados médicos a distância – continua insuficiente.

Actualmente, muitos idosos ainda enfrentam dificuldades no uso de dispositivos inteligentes, devido aos fracos conhecimentos na área de informática e a limitações financeiras e, paralelamente, acentua-se cada vez mais a escassez de pessoal dedicado aos cuidados no domicílio. Por outro lado, a normalização dos serviços tecnológicos para idosos e a segurança dos produtos envolvem questões sensíveis, como a recolha de dados de saúde e a protecção da privacidade pessoal, áreas ainda sem normas ou mecanismos reguladores suficientemente desenvolvidos. Assim, urge que as autoridades apresentem soluções tecnológicas concretas para superar as dificuldades e a escassez referidas.

Face ao exposto, apresentamos o seguinte:

1. O Instituto de Acção Social lançou, em 2019, o programa de dois anos intitulado Plano de Apoio Financeiro para a Aplicação de Gerontecnologia. Propomos que seja ponderado o relançamento de um plano semelhante, para apoiar, de forma contínua, as instituições de apoio aos idosos, os idosos isolados, as famílias de dois idosos e os cuidadores, para, através de subsídios, adquirir ou arrendar equipamentos inovadores (como sensores em nuvem para detecção de quedas ou dispositivos para telemedicina), com vista a melhorar a qualidade dos cuidados prestados aos idosos.

2. Propomos a análise da actual configuração dos recursos humanos nos serviços de apoio ao envelhecimento em casa e na comunidade, em especial nas instituições de apoio aos idosos e nos serviços externos, devendo avaliar-se a relação entre os profissionais

especializados (auxiliares de enfermagem, terapeutas, assistentes sociais, etc.) e o número de idosos, e definido um padrão de recursos humanos ou um plano de melhoria.

3. Exortamos os Serviços de Saúde, o Instituto de Acção Social e as instituições de serviços sociais a promoverem a interligação dos dados sobre a saúde e os serviços prestados aos idosos, criando uma base de dados unificada sobre as suas necessidades, bem como a introdução de tecnologias de inteligência artificial para análise de dados, permitindo a previsão de riscos e a elaboração de planos de cuidados personalizados.

Esta é a nossa intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Kevin King Lun.

Ho Kevin King Lun: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde a todos.

O título da minha intervenção de hoje é organizar bem a Reunião Ministerial do Turismo da APEC para mostrar as conquistas da prática do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

Com o apoio do Governo Central, a Reunião Ministerial do Turismo da APEC será realizada com grande pompa na RAEM, em Junho do próximo ano. Como mecanismo de cooperação económica ao mais alto nível, e mais abrangente e influente da região Ásia-Pacífico, a realização em Macau desta reunião tem um significado que vai muito além do sucesso da organização de uma conferência internacional. A sua realização em Macau irá aprofundar os objectivos do estabelecimento de “um centro, uma plataforma e uma base”. O Governo deve agarrar esta oportunidade para aprofundar a cooperação com as economias-membro em áreas como o comércio, o turismo, etc., permitindo que os delegados testemunhem em primeira mão a implementação bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas”. Ao narrar vividamente as histórias da China e de Macau, iremos elaborar, meticulosamente, um cartão-de-visita cultural que mostre a aprendizagem mútua entre as civilizações chinesa e ocidental. Sob a orientação do Governo Central, creio que o Governo da RAEM irá unir e liderar todos os sectores da sociedade no avanço constante dos trabalhos preparatórios, para garantir a realização de uma reunião com elevada qualidade. Isto permitirá a Macau contribuir para o sucesso da série de reuniões da APEC, promovendo Macau para se integrar e servir melhor na conjuntura do desenvolvimento nacional.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Procurar integrar-se na APEC na qualidade de “Macau, China”. Sob a organização e autorização do Governo Central, Macau assume a importante missão de realizar, pela segunda vez, a Reunião Ministerial do Turismo da APEC, desde 2014, o que demonstra o reconhecimento e o apoio do País a Macau. Ao longo de mais de 20 anos, Macau tem

participado como “economia convidada”, acumulou alguma experiência no mecanismo de funcionamento e no regimento da APEC, e estabeleceu boas relações de cooperação com os seus membros. “Hong Kong, China” e “Taipé, China” já se tornaram economias-membro da APEC, portanto, as autoridades devem aproveitar a oportunidade da organização da APEC no próximo ano e propor ao País que resolva a questão da adesão de “Macau, China” à APEC, a fim de criar um maior palco internacional para a RAEM e servir o desenvolvimento nacional.

2. Levar os participantes da APEC, os trabalhadores e os órgãos de comunicação social internacionais a explorarem Macau, demonstrando, em três dimensões, a nossa prosperidade sob o princípio “Um País, Dois Sistemas”.

A fim de aprofundar a influência internacional da reunião da APEC, propõe-se o planeamento da actividade “Experiência imersiva nas zonas comunitárias”, levando os dirigentes, os trabalhadores dos países e regiões participantes na reunião e os órgãos de comunicação social internacionais a “entrarem” nas ruas e travessas de Macau, criando itinerários temáticos para os convidados internacionais poderem sentir a “diversificação e coesão social”, o bem-estar da população e a vitalidade cultural de Macau, demonstrando que, sob o princípio “Um País, Dois Sistemas”, a RAEM preserva não só integralmente as raízes da cultura chinesa, mas também acolhe o poder único das civilizações oriental e ocidental, para o mundo poder, através do “microcosmo” das zonas comunitárias de Macau, compreender verdadeiramente como a prática bem-sucedida de “Um País, Dois Sistemas” se reflecte concretamente na vida quotidiana dos cidadãos, elevando assim a capacidade de transmissão internacional das histórias de Macau.

3. Para maximizar os benefícios sociais da referida reunião da APEC, deve-se criar um mecanismo de participação multifacetado, incentivando os jovens e os estudantes a participarem nas actividades preparatórias, elevando a sua visão internacional.

Deve-se criar, por exemplo, um “Programa de Aconselhamento Juvenil”, com vista a formar alunos para participarem em conferências, a fim de serem voluntários e orientadores culturais de conferências ou assistentes de temas específicos, criando bolsas de contacto com representantes internacionais para intercâmbio cultural; organizar “*Workshops* de Diálogo de Turismo e Cultura Internacional”, permitindo aos estudantes participarem em simpósios de intercâmbio com os dirigentes presentes das diversas economias; e realizar intercâmbios sobre a inovação turística e a preservação cultural, para os jovens de Macau praticarem os assuntos internacionais e o intercâmbio face a face, e, através da experiência, elevar a compreensão intercultural, alargar a visão mundial e aprofundar o conhecimento sobre as vantagens singulares de Macau sob o princípio “Um País, Dois Sistemas” e as oportunidades de desenvolvimento do País, formando assim uma nova geração com competitividade internacional e sentimento de pertença à Pátria.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho.

José Maria Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O título da minha intervenção de hoje é o seguinte: a reorganização dos serviços públicos.

A RAEM, brevemente, vai completar 27 anos de existência, estando numa fase de cidade em pleno crescimento, mas com precário desenvolvimento. A sua expansão física não está a ser acompanhada por uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O fraco desenvolvimento deriva do contínuo emagrecimento da classe média, o aumento de empregos precários e informais, empregos com salários cada vez mais baixos e trabalhos, muitos deles, mal remunerados e em condições exploratórias.

Nestas últimas duas décadas, assistiu-se à desorganização dos serviços públicos, criando-se e extinguindo-se serviços públicos sem lógica e critérios, com mais preocupação em colocar “as suas pessoas” nos cargos do que escolher pessoas com perfil para os cargos.

Ao longo de décadas, e consoante a mudança dos Governos, a Administração foi-se tornando excessivamente empolada, fragmentada, pesada e excessivamente burocrática. A situação continua a ser ainda mais grave a nível interno dos serviços públicos, onde os processos de tramitação se tornaram cada vez mais lentos, decisões sem dono, duplicação de tarefas e desperdício de tempo e energias dos trabalhadores da Função Pública em trabalhos inúteis. Ou seja, é o “fingir que faz, sem fazer nada”. E tudo isto tem custos administrativos e prejuízos sociais. O cidadão sente isso no incumprimento dos prazos e na falta de resposta em tempo útil. As associações sentem isso nas autorizações e nos circuitos burocráticos e intermináveis. As empresas sentem isso na imprevisibilidade e nos custos do tempo perdido.

Criar, fundir ou extinguir serviços públicos não é extinguir e voltar a criar serviços e “mudar nomes”. Nem é mexer em organogramas ou estar preocupado em colocar de “paraquedas” pessoas de amizade pessoais, sem olhar à competência, experiência nos cargos e antiguidade nas carreiras.

A reorganização dos serviços públicos é um processo que equilibra a garantia de que haja, de facto, uma prestação de serviços públicos de melhor qualidade, eficiência e a necessária adequação às necessidades dos cidadãos, respeitando-se um conjunto robusto de princípios fundamentais de transparência governativa e uma efectiva participação dos trabalhadores da Função Pública.

Quando os serviços públicos mudam ou alteram as regras internas com eficácia externa, como acontece regularmente em muitos serviços públicos, estas decisões devem ser transparentes e as consequências operadas devem ser previsíveis. Os cidadãos, as empresas e as associações devem ser atempadamente avisados e explicadas as razões das mudanças. As regras devem ser amplamente publicitadas nas páginas electrónicas, para que os cidadãos e as associações ou empresas sejam tratados de igual forma, sem discriminação e independentemente do seu estrato social.

A confiança nasce quando as “regras do jogo” são claras, e esmorece quando as mesmas são obscuras. Reorganizar os serviços públicos implica valorizar as carreiras públicas, respeitando a competência, a especialização e experiência técnica, porque o futuro da cidade exige quadros preparados para os novos desafios e não apenas para executar rotinas antigas.

Uma reorganização séria dos serviços públicos deve ser amplamente participativa, ouvindo-se as dezenas de associações representativas dos trabalhadores da Função Pública e os trabalhadores afectados pela sua reorganização. O processo de fusão deve ser transparente, sério e bem fundamentado na sua lógica e razoabilidade de reorganização, e direccionada às necessidades dos cidadãos. Tudo isto reflecte-se no desenvolvimento e progresso económico da RAEM.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Che Sai Wang.

Che Sai Wang: Obrigado, Sr. Presidente.

O título da minha intervenção de hoje é melhorar as instalações desportivas públicas, por forma a garantir os padrões exigidos e a segurança.

Com o aceleramento da estratégia de diversificação adequada da economia “1+4” promovida pelo Governo, registou-se um progresso significativo na construção das instalações desportivas, nomeadamente nos novos campos livres e nos espaços desportivos à beira-mar, com mais oferta de locais para a prática de exercício físico diário e actividades em família, o que merece o nosso reconhecimento e o apoio dos cidadãos.

Espero que os serviços competentes, para além de construírem mais rapidamente, prestem mais atenção à segurança e à profissionalização desportiva. Recentemente, segundo muitos cidadãos e entusiastas do desporto, os materiais dos pavimentos e a qualidade das obras em alguns campos novos e antigos não correspondem aos padrões exigidos, por exemplo, no campo de basquetebol à beira-mar, recentemente construído, o pavimento é escorregadio e está parcialmente desnivelado. Segundo alguns residentes, quando o espaço está molhado ou húmido, facilmente se escorrega, aumentando os riscos de entorses, quedas e até fracturas, situação que se torna mais evidente quando chove, o que afecta o seu uso normal.

Para além dos campos de jogos, os pavilhões para badminton têm requisitos específicos relativos ao pé-direito e à iluminação. Dado que o volante tem uma trajectória alta e se desloca rapidamente, qualquer interferência pode comprometer a segurança e a qualidade do treino. De acordo com directrizes internacionais, é geralmente exigido um pé-direito de 7,5 a 9 metros para evitar que o volante toque no tecto ou em elementos estruturais. Existem também orientações que recomendam uma iluminância média de cerca de 500 lux, a fim de assegurar a uniformidade da luz e evitar o encandeamento.

Mas, na realidade, as instalações desportivas de Macau, como o Pavilhão Desportivo de Mong Há, têm um pé-direito inadequado para o badminton, o qual tem apenas cerca de 7 metros. Mais, devido ao uso prolongado, a iluminação mostra sinais de degradação sem que tenha sido prontamente substituída, resultando numa luz fraca e inconsistente que afecta a visibilidade, o que reduz a utilidade do campo para a prática do desporto.

Ainda mais preocupante é o facto de que melhorias aparentemente simples, como a substituição das luminárias envelhecidas ou o aumento da iluminância, frequentemente enfrentem atrasos devido a relatórios, procedimentos e obras. Pequenas reparações não devem ser tratadas como grandes projectos, sendo urgente melhorar os procedimentos de recepção das obras. É crucial compreender que, se nem mesmo os requisitos básicos de altura, iluminação e condições do piso atingem níveis razoáveis, será difícil utilizar as instalações existentes para fomentar o interesse e a confiança dos jovens na prática desportiva consistente.

Pelo exposto, sugiro aos serviços competentes que procedam ao respectivo aperfeiçoamento em três aspectos:

1. Ter por base as modalidades desportivas e definir padrões de segurança e dos materiais claros para os recintos desportivos, nomeadamente, o coeficiente de anti-derrapagem do pavimento, o grau de nivelamento e de resistência à abrasão, para evitar o uso de “instalações comuns” para todas as modalidades desportivas;

2. Proceder a uma revisão sistemática dos campos de basquetebol e de *badminton*, cuja taxa de utilização é maior, incluindo a vistoria e recepção das novas instalações, a avaliação pós-funcionamento, a avaliação da segurança e as necessárias alterações, bem como a definição da calendarização de esclarecimento ao público sobre o ponto de situação;

3. Criar mecanismos de reparação rápida e de optimização para situações simples, tais como falta de iluminação, reparação parcial do pavimento e tratamento antiderrapante, etc., para evitar que os pequenos problemas passem a grandes, prevenindo em vez de remediar.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Si Ka Lon.

Si Ka Lon: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O título da minha intervenção de hoje é aperfeiçoar o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo e promover a aprendizagem ao longo da vida para toda a população.

Desde o seu lançamento em 2011, o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo (doravante designado por “Programa”) registou, até 2023, mais de 1,36 milhões de participantes. Ao mesmo tempo, as autoridades têm vindo a alargar o âmbito das certificações e a diversidade de cursos, o que contribui activamente para a melhoria das competências pessoais e profissionais dos residentes, constituindo uma política fundamental para promover, junto da população, a aprendizagem ao longo da vida.

Com a reestruturação da economia local e o rápido desenvolvimento das indústrias emergentes, é cada vez mais premente a necessidade dos residentes em aumentar as suas competências profissionais e adaptar-se à reconversão profissional. Paralelamente, verifica-se uma tendência de que a formação de taletos se estende a pessoas cada vez mais jovens, aliás, a frequência de cursos extracurriculares e de formação profissional entre os adolescentes já é uma normalidade, registando-se uma procura crescente destes cursos.

No entanto, com a inflação e o aumento dos custos de formação, o actual limite de subsídios restringe a quantidade e a profundidade dos cursos que os residentes podem frequentar, e não satisfaz plenamente as necessidades das famílias. Assim, há vozes na sociedade que indicam a expectativa de o Programa seguir o modelo dos “vales de saúde”, a fim de abolir as limitações inerentes às contas individuais, permitindo a transferência e partilha do subsídio entre membros da família, bem como de reduzir a actual idade elegível de 15 anos, com o objectivo de estender este subsídio a faixas etárias mais alargadas.

Além disso, muitos idosos têm tempo suficiente e forte vontade de aprender, esperando que, através dos cursos, possam enriquecer a sua vida na velhice. Actualmente, a “formação contínua” oferece cursos aos idosos e aposentados, mas os cursos de baixo custo são mais específicos e estão concentrados em instituições privadas, e os cursos de interesse diversificado são oferecidos pelas instituições privadas que têm propinas mais caras devido aos custos de funcionamento e à falta de apoio financeiro específico, o que desmotiva os idosos e limita as suas opções.

A 5.ª fase da “Formação contínua” (2023-2026) termina no próximo ano, assim, o Governo deve proceder a uma avaliação global e criar um sistema de aprendizagem mais flexível e que corresponda à realidade social, a fim de aprofundar o objectivo da aprendizagem ao longo da vida para toda a população.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. A última avaliação intercalar do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo foi efectuada entre 2017 e 2019, assim, sugiro ao Governo que inicie uma nova ronda de avaliação global, antes de terminar a 5.ª fase do Programa para providenciar fundamentos políticos para a optimização da próxima fase desse plano com base na análise científica dos dados e da recolha da opinião pública.

2. Propõe-se a revisão do Regulamento Administrativo n.º 21/2023 (Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2023 a 2026), e o relaxamento das restrições de utilização das contas individuais desse programa, como nos

“vales de saúde”, e permitir que os saldos de conta sejam transferidos ou partilhados entre parentes directos para aumentar a utilização e a flexibilidade dos recursos. Mais, o montante do subsídio do “Plano” deve aumentar de forma adequada, e deve ser reduzida a idade dos beneficiários, para melhor responder às necessidades de aprendizagem dos cidadãos de diferentes faixas etárias e impulsionar o desenvolvimento das instituições de formação.

3. Tendo em conta a procura de cursos por parte dos idosos, sugiro ao Governo que implemente planos de financiamento específicos, aprofunde o apoio à aprendizagem na velhice, e incentive as instituições a organizarem cursos mais diversificados para os idosos, por forma a resolver as suas dificuldades no pagamento das despesas com os cursos. Assim, vão poder continuar a enriquecer a sua vida na velhice através do estudo, concretizando o objectivo de “criar nos idosos um sentimento de segurança, de pertença e de utilidade”.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Hao Weng.

Chan Hao Weng: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

Hoje gostaria de abordar convosco o impasse em que muitas famílias à estão a viver, isto é, a questão do emprego dos residentes de Macau, a qual tem implicações não apenas com a economia, como também com a estabilidade social e o bem-estar das famílias.

Constatamos que muitos jovens, depois de concluírem o ensino superior, enfrentam muitas dificuldades na procura de emprego, sem conseguir um emprego a tempo inteiro adequado. Verificamos que muitas pessoas de meia-idade, com muita experiência, que lutaram por Macau durante metade da sua vida, estão a deparar-se com incertezas no seu futuro, devido à pressão e à instabilidade no emprego. Isto não é um fenómeno isolado, mas sim, uma situação “dolorosa” que muitas pessoas estão a viver ao longo do tempo. Numa sociedade, se os seus talentos, enquanto uma força principal, não conseguirem aplicar os conhecimentos adquiridos e se sentirem inseguros quanto ao seu futuro, será difícil consolidar as suas bases de desenvolvimento.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Devemos estabelecer e insistir na linha de base inabalável de “dar prioridade aos residentes no acesso ao emprego”.

Isto não significa a exclusão das pessoas, mas sim uma linha de base mínima para assegurar os direitos e interesses dos locais no acesso ao emprego. Solicitamos à DSAL que

mostre a sua determinação, defina uma calendarização concreta e clara para a saída dos trabalhadores não residentes dos postos de trabalho que a gente de Macau tem plena capacidade para assumir, nomeadamente nas áreas administrativa, de exploração das empresas do jogo e dos serviços hoteleiros, e crie um mecanismo justo, transparente e ordenado para a saída de TNR, para devolver aos nossos jovens e às pessoas de meia-idade estas oportunidades de emprego que originalmente seriam para a gente de Macau.

2. O Governo deve dar o exemplo e fiscalizar, com critérios mais rigorosos, o recrutamento das empresas.

Propomos o seguinte: em todos os serviços e projectos de obras adjudicados pelo Governo, há que exigir que pelo menos metade do número dos trabalhadores seja residentes. Esta é a forma mais directa e mais eficaz do Governo tomar a iniciativa de criar oportunidades de emprego. Mais, há que fiscalizar, com todo o rigor, as diversas empresas, nomeadamente as grandes empresas do jogo, as empresas concessionárias e os bancos e, quanto aos cargos que os locais são capazes de assumir, há que exigir, obrigatoriamente, a contratação e a promoção, com prioridade, dos residentes, pois só assim é que será possível garantir o desenvolvimento profissional dos trabalhadores locais.

3. Nós temos de defender, em especial, os postos de trabalho da área da educação.

Todos os postos de trabalho, nomeadamente, os de apoio técnico e administrativo das creches, jardins de infância, escolas primárias, secundárias e universidades, devem ser reservados para os residentes de Macau. Isto é extremamente importante! O Governo tem vindo a incentivar a natalidade e a preocupar-se com a próxima geração, mas se os pais e as famílias não tiverem um emprego estável que lhes permita cuidar e educar os seus filhos, quem é que se atreve a ter filhos? Os postos de trabalho na área da educação não só representam um emprego estável, mas também permitem que os trabalhadores tenham tempo para cumprir as suas responsabilidades junto da família e acompanhar o crescimento dos filhos.

Sr. Presidente, caros colegas: Macau é o nosso lar. Para resolver a questão do emprego, é necessário a determinação do Governo, a consciência das empresas e a colaboração de toda a sociedade. Solicitamos ao Governo da RAEM que encare as dificuldades dos residentes em encontrar emprego e que adopte medidas eficazes. Temos de nos esforçar para criar um Macau onde os postos de trabalho sejam seguros, onde haja boas perspectivas de desenvolvimento e onde as famílias tenham esperança.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Loi I Weng.

Loi I Weng: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O título da minha intervenção de hoje é aperfeiçoar o planeamento geral dos transportes terrestres para promover a implementação ordenada do princípio “o metro ligeiro assume um papel principal e os autocarros um papel secundário”.

O Presidente Xi Jinping, quando recebeu o Chefe do Executivo em Pequim, encorajou Macau a alinhar-se activamente com o 15.º Plano Quinquenal Nacional e a avançar com determinação na diversificação adequada da sua economia. Isto indica o rumo da próxima fase de desenvolvimento de Macau. Para alcançar uma diversificação adequada da economia e um desenvolvimento de alta qualidade, a criação de um sistema de transportes moderno, eficiente, conveniente e estável é um pilar essencial. Os transportes terrestres são essenciais para o desenvolvimento urbano, não só têm impacto nas deslocações diárias dos residentes e nas actividades socioeconómicas, mas também funciona como um elo fundamental entre zonas industriais, aumenta a competitividade geral e promove o desenvolvimento social harmonioso.

À medida que o planeamento urbano de Macau continua a avançar, as funções das diversas zonas são gradualmente clarificadas. A criação de um sistema de transportes públicos eficiente, com boas ligações, conveniente e estável tornou-se uma base fundamental para melhorar a qualidade de vida dos residentes e apoiar o desenvolvimento sustentável de Macau. Nos últimos anos, o Governo tem promovido, activamente, o desenvolvimento do metro ligeiro, melhorando progressivamente a rede ferroviária e os serviços de autocarros, demonstrando a sua determinação e esforço para melhorar os transportes.

Está prestes a ser iniciada a avaliação intercalar do “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau”. O Governo divulgou recentemente uma série de planos relativos às linhas do Metro Ligeiro e prevê lançar, no primeiro semestre do próximo ano, uma consulta pública sobre o estudo das estratégias do seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os contratos dos serviços de autocarros terminarão no final do próximo ano, o que assinala uma fase crítica de ajustamento e optimização do sistema de transportes públicos. Neste duplo momento decisivo, o Governo da RAEM deve aproveitar esta oportunidade para proceder a um planeamento integral e de carácter prospectivo, concentrando-se especialmente na resolução de questões que preocupam a população, tais como a estabilidade do serviço do Metro Ligeiro, e adoptar medidas pragmáticas com vista à concretização ordenada do objectivo - “o metro ligeiro desempenha o papel principal e os autocarros o papel complementar” - a fim de criar um ambiente de mobilidade de melhor qualidade para os cidadãos, servindo assim de base sólida para a articulação de Macau com os planos nacionais e para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Assim, apresento as seguintes três sugestões:

1. Definir um calendário geral para a implementação das obras do Metro Ligeiro, para assegurar a concretização simultânea das instalações complementares de trânsito e do desenvolvimento regional

A construção do Metro Ligeiro envolve a integração profunda das várias linhas com o desenvolvimento regional, portanto, é necessário ter objectivos faseados e planeamento temporal claros. O Governo deve concluir, quanto antes, os trabalhos de consulta pública sobre as estratégias de desenvolvimento do Metro Ligeiro, tendo em conta o andamento e o plano de desenvolvimento das futuras zonas, tais como a zona de turismo cultural e o parque científico e tecnológico, e definir a calendarização detalhada para o seu desenvolvimento. Mediante planeamento antecipado e construção simultânea, a conclusão, ao mesmo tempo, das obras das instalações complementares do trânsito e das instalações regionais evita atrasos que possam afectar a eficácia do desenvolvimento regional e facilita a mobilidade dos cidadãos, maximizando a função do Metro Ligeiro e impulsionando o desenvolvimento social e o valor económico.

2. Optimizar a ligação entre o metro ligeiro e os autocarros, e promover a distribuição razoável dos recursos dos transportes públicos

Com a expansão gradual da rede do metro ligeiro, os autocarros devem ser transformados e desempenhar bem o seu papel de ligação. O Governo deve aproveitar a oportunidade do novo projecto de planeamento do Metro Ligeiro e da renovação do contrato dos autocarros para promover as políticas de benefícios do transbordo entre os dois transportes públicos, incentivando os residentes a utilizarem o transporte sobre carris como principal meio de transporte e o autocarro como secundário. O Governo deve proceder a uma revisão global da eficiência das carreiras e da localização das paragens de autocarros, resolver os problemas de sobreposição de carreiras e de pouca eficácia, segundo o princípio “o Metro Ligeiro assume o papel principal e os autocarros o papel secundário”, para aumentar ainda mais a eficácia da sinergia do sistema global de transportes públicos e a racionalidade da utilização dos recursos.

3. Criar um mecanismo de fiscalização da operação do Metro Ligeiro e de divulgação das informações, com vista a aumentar a confiança do público no desenvolvimento do Metro Ligeiro

A estabilidade e a segurança dos serviços do Metro Ligeiro afectam directamente a confiança dos residentes e a sua vontade de os utilizar. Neste ano, o Governo está a proceder à avaliação intercalar da execução do contrato do Metro Ligeiro, assim, deve reforçar a fiscalização contínua sobre o desempenho desses serviços mediante regulamentação expressa da qualidade da sua operação e dos critérios de segurança. Além disso, deve ser criado um mecanismo transparente de comunicação e divulgação de incidentes, exigindo às operadoras que divulguem, de forma clara e oportuna, as causas das falhas, as medidas preventivas e as medidas de aperfeiçoamento, bem como um mecanismo de investigação e fiscalização, por forma a que os cidadãos sejam devidamente informados sobre a situação e o progresso da melhoria, aumentando o nível da transparência das operações e do regime de responsabilidade do Metro Ligeiro. Isso dá aos cidadãos a confiança na construção e no desenvolvimento do Metro Ligeiro, um sistema de transporte moderno e confiável.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Fat Iam.

Lam Fat Iam: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Kou Kam Fai. O título da nossa intervenção é continuar a otimizar a polícia turística e contribuir para o desenvolvimento de qualidade do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Macau é uma cidade turística internacional, e o aumento dos turistas nos últimos anos, especialmente nos feriados e grandes eventos, tem causado pressão na gestão do fluxo de pessoas, na manutenção da segurança e na prestação de serviços policiais nos pontos turísticos do Património Mundial e nas principais zonas turísticas. Para fazer face a isto, em 2015, o CPSP criou, a título experimental, a “Polícia Turística”, a qual foi oficialmente instituída em 2017.

Tomando como referência as experiências do exterior, a polícia turística é destacada para zonas com grande concentração de turistas, à qual compete prestar serviços e executar a lei, sendo a sua capacidade de comunicação em línguas estrangeiras importante. Dotada de uniformes vistosos e de linhas abertas, é fácil identificá-la e pedir-lhe ajuda. Nos últimos anos, a polícia turística tem-se destacado nas Ruínas de S. Paulo, Largo do Senado, Rua do Cunha e Cotai, onde, com eficácia, tem desempenhado funções de prevenção, controlo da segurança, gestão do fluxo de pessoas e apoio aos turistas, nomeadamente, dando informações, assim, passou a ser um “cartão-de-visita móvel” dos serviços turísticos e da gestão da segurança de Macau. A sua presença nos pontos turísticos e nos seus arredores permite-lhe prestar apoio aos turistas e resolver logo os seus problemas. Esta sensação de segurança “visível” aumentou a satisfação e o conforto dos turistas, conforme consta do relatório da Academia de Turismo da China. Segundo este, Macau foi, pela primeira vez, o destino preferido dos turistas chineses em viagens ao exterior em 2024.

A polícia turística exige um alto grau de profissionalismo, tem de dominar, ao mesmo tempo, técnicas policiais, línguas estrangeiras, informações turísticas e técnicas dos serviços da linha da frente. Mais de 220 agentes foram formados pelas autoridades e, em Junho deste ano, 26 concluíram o último curso de formação, mas, face ao aumento contínuo da procura de serviços, o quadro de cerca de 70 agentes no posto de trabalho é ainda insuficiente. O desenvolvimento da polícia turística influencia a experiência dos turistas, a imagem da cidade e a diversificação adequada da economia de Macau. Face às novas oportunidades trazidas pela política facilitadora do “visto de múltiplas entradas” e às exigências cada vez mais elevadas relativas ao Centro Mundial de Turismo e Lazer, a equipa policial turística deve desenvolver-se de forma mais prospectiva. Considerando que a RAEM deve continuar a investir nessa equipa, sugerimos o seguinte:

1. Alargamento contínuo do quadro de pessoal da Polícia Turística. Deve-se definir um “Plano de Desenvolvimento da Polícia Turística de Macau”, nomeadamente, regularizar os programas, ampliar a formação e definir os objectivos de desenvolvimento para os próximos

dez anos. Há que actualizar continuamente os equipamentos dessa polícia, assim como, realizar intercâmbios internacionais e enriquecer os conteúdos da sua formação.

2. Desenvolvimento de uma polícia turística que domine as línguas menos faladas. Para além do mandarim e do inglês, tendo em conta os principais mercados emergentes, como o Sudeste Asiático, o Médio Oriente e a Rússia, deve-se criar no âmbito dessa polícia um grupo de operações especiais que domine basicamente outras línguas estrangeiras, como o tailandês, o árabe e o russo.

3. Reforço da polícia turística com meios científicos e tecnológicos. Há que equipar os agentes da polícia turística com equipamentos de tradução multilingue e mapas electrónicos multilingues, desenvolvendo aplicações exclusivas para telemóveis, para que os visitantes possam pedir ajuda através de um clique, e comunicar os incidentes em tempo real, concretizando-se o conceito de “polícia reforçada pela ciência e tecnologia”.

4. Alargamento do tempo de serviço e dos locais de patrulhamento. O horário de serviço da polícia turística deve ser alargado gradualmente ao período nocturno, e os locais de patrulhamento devem abranger o Centro Histórico de Macau, os novos pontos turísticos e eventos festivos de grande envergadura, concretizando-se o “posicionamento passivo” para o “planeamento activo”.

Sr. Presidente,

Caros colegas:

A criação da Polícia Turística de Macau é uma inovação de sucesso, e as sugestões acima referidas têm por objectivo fomentar uma equipa de serviço policial local que assegure a ordem pública. Sugiro a sua transformação e modernização numa força policial integrada para segurança turística, profissionalizada, inteligente e humanizada, com padrões de primeira classe a nível internacional, contribuindo para a elevação da qualidade do desenvolvimento do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Wong Kit Cheng.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde a todos.

O título da minha intervenção de hoje é o seguinte: Parque das Ciências e Tecnologias contribui para a diversificação das indústrias e cria oportunidades de desenvolvimento para os jovens de Macau.

Há dias (dia 16), o Presidente Xi Jinping recebeu o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, que se encontrava em Pequim em missão oficial, tendo ouvido o relatório de trabalho sobre a situação actual de Macau e os trabalhos realizados pelo Governo. O Presidente reconheceu, plenamente, os resultados obtidos pelo Governo da RAEM ao longo do ano passado e indicou que Macau se deve articular, de forma activa, com o 15.º Plano Quinquenal Nacional, persistir e aperfeiçoar a predominância do poder executivo, impulsionar, de forma sólida, a diversificação adequada da economia, elevar, continuamente, a eficácia da governação, e integrar-se e servir melhor o desenvolvimento do país. Isto demonstra, plenamente, a profunda atenção que o Governo Central deposita em Macau, inspirando, profundamente, os diversos sectores da sociedade e reforçando a confiança no desenvolvimento da RAEM.

O próximo ano marca o início do 15.º Plano Quinquenal Nacional e do 3.º Plano Quinquenal da RAEM. O Governo definiu claramente, no seu novo relatório das LAG, que vai tomar a iniciativa de se articular, de forma plena, com o 15.º Plano Quinquenal. Actualmente, o Governo está a proceder aos trabalhos de consulta sobre o planeamento da construção do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias. Enquanto veículo importante da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada “1+4”, este Parque responde igualmente, em alto grau, a conteúdos propostos no 15.º Plano Quinquenal, tais como, “acelerar a auto-suficiência e o autofortalecimento em ciência e tecnologia de alto nível, e liderar o desenvolvimento de novas forças produtivas com qualidade”. Pessoalmente, manifesto o meu reconhecimento e o apoio a esta iniciativa, não apenas por colmatar a falta de espaço para o desenvolvimento industrial centrado em actividades nucleares de investigação e desenvolvimento, como também por poder gerar um “efeito de aglomeração”, promovendo a cooperação sinérgica multifacetada, a partilha de recursos e uma concorrência saudável.

Ao mesmo tempo, a estrutura económica não é diversificada, nomeadamente quanto ao “emparelhamento”, há falta de vagas adequadas para os profissionais das áreas de ciência, tecnologia e engenharia. Esta situação resultou na falta de opções que podem ser disponibilizadas aos jovens, e também na falta de talentos necessários para sustentar o desenvolvimento de Macau nas áreas de alta tecnologia. Assim, o Parque das Ciências e Tecnologias, para além de poder satisfazer, em termos de *hardware*, as necessidades de diversificação, pode ainda contribuir para a criação de “temas ou opções” para serem estudados, e para o emprego, e o empreendedorismo, ou seja, uma cadeia completa composta por formação, estágio, emprego e criação de negócios, permitindo aos jovens obter um futuro panorama mais amplo e com mais oportunidades para a definição do seu próprio plano de desenvolvimento de vida. Mais, o Parque é uma plataforma importante para a formação de jovens talentos e o desenvolvimento da sua vida profissional.

Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. Desenvolvimento da função orientadora do Fundo de Investimento do Governo para o desenvolvimento das indústrias. No relatório das LAG, refere-se que vai ser promovida a criação de um fundo para as indústrias e de um fundo de orientação, e que cabe ao Governo assumir a liderança na sua criação, e os fundos contam com participação conjunta do Governo

e do capital social. Espera-se que seja acelerada a criação dos referidos dois fundos, clarificando os critérios concretos e o rumo de desenvolvimento dos projectos de investimento, para apoiar, a partir de políticas, as indústrias locais de alta e nova tecnologia, e as empresas estrangeiras boas, e fixar os projectos de alta e nova tecnologia em Macau.

2. Clarificar o desenvolvimento divergente e na complementaridade das vantagens entre o Parque das Ciências e Tecnologias e a Grande Baía. Recentemente, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) publicou o novo *ranking* do “Índice Global de Inovação 2025”, segundo o qual, pela primeira vez, o pólo inovador “Shenzhen-Hong Kong-Guangzhou” ocupou o primeiro lugar a nível mundial, sendo estas três das quatro cidades principais da Grande Baía. Deve ser clarificado o desenvolvimento divergente e a complementaridade das vantagens do Parque das Ciências e Tecnologias de Macau, aprender com as experiências dos Parques de Ciência e Tecnologia de Hong Kong-Shenzhen e também de Hong Kong, e haver conjugação com as nossas próprias vantagens do posicionamento na base de investigação científica, formando, em conjunto, uma força onde “1 + 1 é maior que 2”, comparativamente com as outras cidades da Grande Baía, concretizando-se assim o objectivo de estabelecer um corredor de inovação tecnológica nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”.

3. Organizar sistematicamente todo o processo de aprendizagem, emprego, aperfeiçoamento e acesso a cargos superiores para os jovens, desempenhando um papel orientador na formação dos jovens qualificados. Quanto ao seu planeamento global, deve adoptar-se um modelo de topo construído através da “educação, ciência e tecnologia, e integração de quadros qualificados”, reforçando a coordenação e a interacção entre os serviços públicos na criação de um grupo de trabalho para o Parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias. Há que reforçar ainda, de forma activa, a integração e a interligação entre o Parque e as instituições de ensino e universidades, explorando, de forma activa, uma integração perfeita entre o ensino e a indústria, para adoptar um modelo de “graduação, estágio e emprego”. Ao mesmo tempo, de acordo com a disposição do Parque, deve-se fazer bem os trabalhos de investigação e estudo sobre as necessidades de quadros qualificados e postos de trabalho, para os jovens e quadros qualificados em alta tecnologia poderem conhecer as necessidades a curto, médio e longo prazo, e proporcionar-lhes uma via clara e muita confiança, desempenhando, em conjunto, um papel activo na construção, utilização e partilha conjunta do Parque das Ciências e Tecnologias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Lai Kei.

Chan Lai Kei: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O título da minha intervenção de hoje é implementar a estratégia nacional de expansão da procura interna para construir um “mecanismo de consumo de longo prazo” e impulsionar

a economia comunitária.

A Conferência Central de Trabalho Económico, em Dezembro de 2025, tem um significado estratégico importante para orientar a economia chinesa no ano de abertura do 15.º Plano Quinquenal. Na reunião, foi colocada a “persistência na procura interna para construir um mercado interno forte” como a primeira das oito tarefas prioritárias para o próximo ano, destacando-se a “expansão da procura interna em todos os aspectos e a implementação de acções específicas para impulsionar o consumo”. Dos “cinco princípios” apresentados na reunião, em particular, “há que explorar plenamente o potencial económico” e “persistir na ligação estreita entre o investimento em coisas e em pessoas”, o que nos fornece uma orientação científica para resolver as contradições profundas.

Macau, enquanto ponto de encontro da nova conjuntura de desenvolvimento dos “círculos duplos” do País, durante o desenvolvimento económico de alta qualidade, tem de cumprir as exigências, e tomar a iniciativa de se integrar no desenvolvimento nacional e de o servir. A economia de Macau está em recuperação estável, sob a estratégia de desenvolvimento diversificado “1 + 4”. Nos primeiros três trimestres deste ano, o valor inicial do PIB cresceu 4,2 por cento face ao período homólogo do ano passado, e a taxa de desemprego dos residentes foi de 2,3 por cento, entre Agosto e Outubro. Contudo, os dados macroscópicos positivos não eliminaram completamente os microsujeitos negativos. Segundo os indicadores relativos à vida da população, divulgados num estudo recente, a confiança dos residentes no aumento dos rendimentos e a sua satisfação com a situação financeira ainda estão em nível baixo a médio, o que demonstra uma fraca vontade de consumo. Face ao *stress* do consumo no exterior, o ambiente de negócio das PME nas zonas ligadas à vida da população (como nos NAPE, Iao Hon e Fai Chi Kei) continua a piorar e o risco de encerramento mantém-se. Estas empresas enfrentam, geralmente, o desafio crítico da instabilidade das fontes de clientes, dos elevados custos e do consumo transfronteiriço.

Recentemente, o Governo, através de meios financeiros, como o “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias”, conseguiu produzir, com sucesso, cerca de quatro vezes o efeito impulsionador do consumo, apoiando, com precisão, os sectores de venda a retalho e de restauração, etc. Porém, face aos desafios estruturais de 2026, sugere-se a adopção de um pensamento prospectivo para transformar as medidas de emergência de curto prazo num conjunto de políticas de longo prazo e precisas, com base na economia comunitária de Macau, que é uma parte crucial do “ciclo interno”, para responder à mudança do modelo de consumo e construir uma nova ecologia da economia comunitária mais resiliente, mais dinâmica e mais sustentável. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Criar um mecanismo de orientação para a normalização do consumo e estabilizar as expectativas do negócio

Embora os resultados da actual política de promoção do consumo sejam bons, devido às suas características temporárias e intermitentes, os comportamentos de consumo podem ser distorcidos, como o “consumo excessivo” e o açambarcamento de mercadorias, não sendo possível proporcionar às PME expectativas estáveis de exploração. Sugiro ao Governo que, tendo em conta as experiências do passado, inclua o apoio ao consumo num mecanismo

eficiente de longo prazo, durante a fase de transformação do modelo económico de Macau; reforce a confiança nos negócios; e abandone o modelo de promoção temporária e não periódica, adoptando políticas claras e estáveis como compromisso. Por exemplo, deve efectuar a divulgação, com antecedência e a periodicidade de meio ano, das actividades de incentivo – Grande Prémio para o Consumo nas Zonas Comunitárias, destinadas aos residentes de Macau, para que os lojistas tenham expectativas estáveis e ousem investir capital para embelezar as suas lojas ou inovar os seus serviços e actualização de produtos, entre outros.

2. Aprofundar a cooperação entre Macau e Hengqin, e criar experiências de consumo nas áreas da cultura e do turismo.

Deve responder-se, de forma activa, à segunda fase da construção da Zona de Cooperação, incentivando Macau e Hengqin a planear, em conjunto, pacotes turísticos transfronteiriços de “uma viagem, várias estadias”, explorar e implementar benefícios de consumo específicos para ambos os lados, e incentivar o consumo interactivo entre os residentes e turistas dos dois territórios, transformando as vantagens da política da Zona de Cooperação num pólo de crescimento real do consumo. Deve ainda lançar-se a “Estação de consumo das viagens culturais de Macau” com a duração de temporada, integrando, profundamente, os estímulos ao consumo nos bairros comunitários, com grandes eventos, espectáculos culturais e artísticos, exposições culturais e criativas, e competições desportivas, criando circuitos temáticos de consumo, deve incentivar-se mais PME a participarem na acreditação de “lojas certificadas”, para criar a imagem de Macau com “serviços de qualidade e lojas de confiança” e, em conjugação com a divulgação digital, transformar o tráfego de rede em consumo *offline*, para orientar os visitantes da zona turística das empresas de lazer para as ruas antigas dos bairros comunitários, transformando-os em clientes dos lojistas dos bairros comunitários e criando padrões de serviços de localização e valores de marca.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lao Chi Ngai.

Lao Chi Ngai: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

Há dias, depois de ter ouvido, em Pequim, o relatório de balanço apresentado pelo Chefe do Executivo, o Presidente Xi Jinping reconheceu e reconheceu altamente os trabalhos e resultados alcançados pelo 6.º Governo da RAEM, encabeçado pelo Chefe do Executivo Sam, durante o último ano. O que representa um bom início para o novo Governo da RAEM e é motivo de regozijo para todos os sectores da sociedade.

O Presidente Xi Jinping definiu orientações estratégicas claras e exigências precisas para o futuro desenvolvimento de Macau, exigindo, claramente, que o Governo da RAEM

tome a iniciativa de se alinhar com o “15.º Plano Quinquenal” do País, que persista e aperfeiçoe a liderança administrativa, promova com firmeza o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e eleve continuamente a eficiência da governação, para melhor integrar e servir o desenvolvimento nacional. Neste sentido, o Governo da RAEM e os diversos sectores da sociedade devem tomar a iniciativa de aproveitar as oportunidades históricas para desenvolver as suas próprias vantagens, alinhando-se, activamente, com a estratégia de desenvolvimento nacional nos seguintes aspectos:

1. Articular profundamente as estratégias e os planos nacionais de desenvolvimento, planear e elaborar cientificamente o “3.º Plano Quinquenal” da RAEM, desempenhando um papel de ponte ainda mais eficaz na construção da nova estrutura de desenvolvimento nacional, e assegurar a integração orgânica e a ressonância mútua entre o desenvolvimento de Macau e as estratégias nacionais;

2. A segurança é a premissa do desenvolvimento e o desenvolvimento é a garantia da segurança. É necessário consolidar os alicerces sociais da segurança nacional, salvaguardar a estabilidade da RAEM, persistir e aperfeiçoar ainda mais a predominância do poder executivo para elevar a eficácia da governação, aumentar a cientificidade das decisões e garantir uma boa governação, a fim de assegurar a implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”;

3. Agir de forma activa, aperfeiçoar e pormenorizar o planeamento do desenvolvimento industrial, privilegiar o planeamento científico e a construção de obras e projectos emblemáticos e impulsionadores, fomentar novas indústrias com competitividade internacional, revitalizar activamente a economia dos bairros comunitários e das zonas mais ligadas à vida da população, promover a reconversão e a modernização dos sectores tradicionais, impulsionar de forma sólida a diversificação adequada da economia de Macau e reforçar a sua resiliência e capacidade de desenvolvimento sustentável;

Quarto, o “15.º Plano Quinquenal” propõe o “alargamento da abertura ao exterior de alto nível, e criação duma nova fase de cooperação com benefícios mútuos”. Em finais do ano passado (2024), por ocasião do 25º aniversário do retorno de Macau à Pátria, o Presidente Xi Jinping realçou que Macau devia “empenhar-se na construção de uma plataforma de abertura ao exterior de alto nível”, o que constitui uma premissa estratégica coerente. Por isso, elevar a capacidade de acolhimento e as funções de serviços de Macau no contexto de abertura do País ao exterior é não só uma necessidade interna para a concretização do desenvolvimento sustentável a longo prazo, mas também um dever no âmbito do plano estratégico do País de “alargamento da abertura ao exterior de alto nível”. A RAEM precisa de reforçar a ligação entre o interior e o exterior, acelerar a integração entre Hengqin e Macau, promover a articulação entre as regras e aprofundar o desenvolvimento sinérgico, por forma a integrar e servir melhor a conjuntura do desenvolvimento nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lei Leong Wong.

Lei Leong Wong: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

De acordo com os dados divulgados pelo Governo da RAEM, este ano foram detectados 76 casos de trabalho ilegal (até 26 de Novembro de 2025), envolvendo 173 pessoas, mais do que no período homólogo do ano passado; e as formas de trabalho ilegal tendem a ser diversificadas e dissimuladas, o que constitui um desafio para o seu combate, situação que merece a nossa atenção.

De facto, o recurso à “licença de condução especial” para o exercício ilegal do transporte de passageiros e de mercadorias em Macau afecta directamente a sobrevivência e a ordem do mercado dos operadores do sector de transporte local. Face à recuperação dos sectores do turismo e dos serviços, surgiram, sucessivamente, situações de angariação de negócios nas redes sociais, por exemplo, sob a designação de “Fotógrafo Acompanhante em Macau”, etc., envolvendo, no passado, nas referidas actividades, a participação de estudantes do Interior da China que estudam em Macau. Mais, uma empresa de remodelação do Interior da China divulgou, através de uma plataforma da *internet*, anúncios e vídeos de obras de remodelação das habitações económicas da Zona A dos novos aterros, afirmando ainda que mais de 30 famílias assinaram contratos. Assim, questiona-se se há pessoas de fora que entraram em fracções habitacionais de Macau para realizar obras sem a devida autorização de trabalho.

Segundo o sector de fotografia, em plataformas *online* há muitas publicações sobre o recrutamento de residentes do Interior da China para trabalharem em Macau na área de fotografia e, em alguns casos, a remuneração, o horário, a data e o local de trabalho estão claramente definidos, o que constitui um grande desafio para a segurança pública e a legislação de Macau. Tudo isto demonstra que o trabalho ilegal está a penetrar na vida quotidiana e nos novos sectores de consumo, portanto, se não for reprimido atempadamente, o mercado laboral local e a ordem jurídica serão gravemente afectados.

É de salientar que a garantia do direito ao emprego dos residentes locais é a base para manter a estabilidade social. O Governo deve encarar seriamente este problema e reforçar o combate, através do aperfeiçoamento da legislação e da criação de um mecanismo de comunicação com o sector, reforçando a recolha e o acompanhamento das informações, para resolver os problemas pela raiz e assegurar a justiça e a ordem do mercado laboral local.

Assim, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Rever os diplomas legais desactualizados, para agravar as sanções e aumentar os efeitos dissuasores. O Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal entrou em vigor há mais de 21 anos, já não correspondendo à situação social. Face ao aumento dos casos de trabalho ilegal, exorto o Governo a rever, de forma global, o diploma, para agravar as sanções e consolidar a linha de defesa legal.

2. Criar um mecanismo de comunicação e coordenação do sector, reforçar a aplicação da lei através de informações. Para fazer face aos trabalhos ilegais dissimulados e ambulantes, nas áreas da fotografia, transporte, remodelação de casas, e convenções e exposições, as autoridades devem tomar a iniciativa de criar um mecanismo de comunicação regular com os respectivos sectores, criar canais de comunicação fáceis e rápidos, e incentivar os sectores a denunciar, atempadamente, as situações suspeitas, para os serviços executores da lei combaterem, com maior rapidez e precisão, as actividades ilícitas, e elevarem a eficácia da execução da lei.

3. Tomar a iniciativa de recolher informações para dar resposta a novas formas de infracção. Face ao aumento da publicidade de trabalho ilegal nas redes sociais, os serviços executores da lei devem ser proactivos e reforçar a fiscalização, nomeadamente, rastrear as informações e efectuar operações de desmantelamento, para proteger eficazmente os direitos e interesses laborais dos residentes.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O Governo publicou, no ano passado, o regulamento administrativo sobre o plano de pormenor da Zona Leste - 2, o primeiro em Macau. Segundo o plano, a Zona Leste - 2, composta pela Zona A e pelas zonas circundantes, tem uma área de 1,38 quilómetros quadrados, e está dividida em 76 lotes destinados a fins habitacionais, comerciais, educacionais e de instalações governamentais, com 49 lotes destinados a habitação, com uma área total superior a 430 mil metros quadrados. Segundo as previsões, esta Zona vai acolher 96 mil moradores. Conforme referiu o Secretário para os Transportes e Obras Públicas no recente debate das LAG, atendendo à nova situação de desenvolvimento, vão ser revistas a densidade populacional e a disposição geral da Zona A, e os cinco projectos de habitação económica, entretanto suspensos, sofreram alterações em termos da sua finalidade. Esta atitude pragmática do Governo merece o nosso reconhecimento. Face aos limitados recursos de solos, o Governo deve aproveitar bem cada polegada de terrenos, pois só assim será possível criar uma nova imagem de Macau, com condições ideais de vida, turismo e trabalho.

A Zona A dos Novos Aterros Urbanos é uma zona comunitária de grande dimensão e um espaço importante para o futuro desenvolvimento de Macau. Nos últimos anos, o Governo tem investido activamente na construção de infra-estruturas, incluindo habitações públicas, bairros escolares e instalações de serviços sociais, o que contribuiu para melhorar o ambiente habitacional dos residentes. Porém, para além de resolver activamente as necessidades dos cidadãos, a sociedade espera que o plano de desenvolvimento das instalações complementares da Zona A dos novos aterros siga o rumo de desenvolvimento de

uma cidade moderna. Esta zona dispõe de instalações fundamentais, como o posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e é um importante bastião para o desenvolvimento integrado da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, desempenhando um papel importante na promoção do desenvolvimento económico de Macau. O Governo deve assumir uma posição mais elevada e ponderar de forma mais abrangente a optimização da distribuição demográfica nesta zona, planeando, de forma activa, uma nova economia, e construindo assim uma comunidade de alta qualidade, a fim de a transformar num novo cartão-de-visita e promover plenamente o desenvolvimento de elevada qualidade de Macau.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. A zona A, enquanto novo tipo de bairro comunitário e espaço de desenvolvimento das indústrias, tem uma localização privilegiada, pois tem acesso ao posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e é artéria rodoviária e um elo importante no litoral de Macau. A sociedade deposita grande esperança no projecto, pois os resultados podem servir de referência para o futuro desenvolvimento. Sugere-se ao Governo que reveja, para além da densidade populacional, o respectivo planeamento, para aumentar o espaço comercial e as instalações recreativas, desportivas, e para idosos, atendendo ao objectivo e às necessidades de desenvolvimento de longo prazo, por forma a satisfazer as necessidades dos moradores e do desenvolvimento.

2. Segundo o Governo, a rede rodoviária da zona A é composta por duas vias este-oeste e duas norte-sul, uma linha norte-sul do metro ligeiro, uma rede pedonal e um sistema de mobilidade suave, tendo ainda os autocarros e as estações do metro ligeiro, criando-se assim um ambiente de deslocação fácil, verde e de baixo carbono. Com a abertura da Ponte Macau e da via de acesso A2, a zona A tem melhor acessibilidade, mas ali passam cada vez mais veículos de Macau para entrar em Guangdong e veículos com matrícula de Hong Kong e Macau, o respectivo plano de trânsito já não consegue dar resposta ao fluxo de veículos nos feriados e a via passou a ser um ponto negro do tráfego. Proponho ao Governo que reveja o planeamento rodoviário da zona, para, através de infra-estruturas de grande dimensão, resolver o “gargalo” que afecta o desenvolvimento e satisfazer as necessidades do futuro progresso.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Koi Ian.

Lee Koi Ian: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O título da minha intervenção de hoje é reforçar a função de Macau nas ligações internas e externas, contribuindo para o desenvolvimento da diversificação adequada e de alta qualidade da economia.

Macau encontra-se numa fase crucial de diversificação adequada da economia, e a “luta pela economia” já atingiu o consenso social. No Relatório das LAG para 2026, refere-se claramente a “intensificação e optimização dos trabalhos de captação de investimentos e impulso colaborativo aos trabalhos de captação de investimento e de quadros qualificados”, e salienta-se que se vai procurar a participação de mais empresas centrais e estatais no desenvolvimento diversificado de Macau. Esta implementação constitui a chave para o desenvolvimento, e a vantagem específica de Macau se “ligar internamente com o Interior da China e externamente com a comunidade internacional” serve como via central para esta implementação e para expandir o seu âmbito.

No que respeita às “ligações internas”, os quatro grandes projectos necessitam urgentemente de recursos de alta qualidade, e o aprofundamento do novo modelo de ligação entre a indústria de Hengqin e Macau pode aproveitar os recursos de alta qualidade do Interior da China, como as empresas centrais e estatais, para alcançar um desenvolvimento sinérgico. Com base nas vantagens políticas da “gestão separada” da Zona de Cooperação em Hengqin, pode-se orientar eficazmente a importação de recursos de qualidade do Interior da China através de Macau e de Hengqin para Macau, consolidando a base do desenvolvimento diversificado. No que respeita às “ligações externas”, Macau possui vantagens específicas como plataforma, por ser um “interlocutor com precisão” entre o Interior da China e os Países de Língua Portuguesa (PLP). No relatório das LAG refere-se o “acompanhamento de perto da internacionalização das empresas do Interior da China, apoiando a sua expansão para os países lusófonos e outros mercados internacionais”, e Macau deve reforçar o seu papel de ponte e promover uma ligação eficiente entre os mercados interno e externo.

Contudo, neste momento, a conexão interna e externa ainda está por aperfeiçoar em três aspectos: 1) Há que aperfeiçoar a articulação dos regimes no âmbito da conexão interna, pois a articulação das regras entre Macau e o Interior da China e a circulação dos elementos ainda não são suficientes. 2) Há ainda espaço para melhorar a capacidade de conexão externa e é necessário otimizar a estrutura da diversificação da economia de Macau, pois só assim se pode desenvolver melhor o papel de ponte e elo entre a China e os Países de Língua Portuguesa. 3) Importa aprofundar a sinergia entre a conexão interna e externa. Hengqin funciona como um trampolim para o Interior da China aceder, através de Macau, aos recursos internacionais, pelo que se deve desenvolver vias de ligação entre Macau e o mercado do Interior da China, através de Hengqin, formando assim uma estrutura de sinergia entre a “conexão interna com o Interior da China e a conexão externa com o exterior”.

A conexão interna e externa é o caminho nuclear para a integração de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional e o desenvolvimento das vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas”, sendo também um suporte crucial para o reforço do papel de plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. Assim sendo, sugiro o seguinte:

Primeiro, é necessário criar um mecanismo padronizado de articulação de regras. No quadro da Zona de Cooperação, o Governo deve assumir a liderança na criação de uma “comissão permanente de articulação de regras”, constituída por especialistas em matéria de

direito e fiscalização, para definir critérios e listas de reconhecimento mútuo em áreas como finanças, saúde, dados e qualificação profissional, promovendo a transição da “coexistência de diferenças” para a “convergência de critérios”. Ao mesmo tempo, há que otimizar as infra-estruturas e o sistema de serviços relacionados com a circulação transfronteiriça de mercadorias, capitais e quadros qualificados, entre outros elementos.

Segundo, actualizar as funções da plataforma entre a China e os PLP. Por um lado, há que focar nas necessidades reais das empresas, melhorar o ambiente dos serviços de assuntos comerciais, introduzir instituições profissionais dos PLP, como, de direito, assuntos fiscais, propriedade intelectual, etc., para montar uma “Base de Dados das Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa”; por outro lado, com base nos resultados alcançados na 6.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), deve dar-se prioridade ao desenvolvimento de novos cenários de cooperação, nomeadamente, a facilitação do comércio, a integração das indústrias culturais e turísticas e as finanças transfronteiriças, para as cidades da Grande Baía estabelecerem “postos de serviços externos” nos PLP, e construir uma rede de serviços externos “liderada por Macau e contando com as sinergias da Grande Baía, cujos efeitos possam ser alargados aos Países de Língua Portuguesa”.

Terceiro, atribuir “capacidade” para a interacção entre Macau e a Ilha de Hengqin. Há que apoiar a Ilha de Hengqin para acompanhar de perto o grande mercado do Interior da China, disponibilizando espaço e sustentação para a diversificação industrial de Macau, e promovendo a integração profunda dos recursos financeiros, técnicos e humanos de Macau com a cadeia industrial e a de fornecimento do Interior da China, tudo para concretizar a ideia de “satisfazer as necessidades de Macau e aproveitar as potencialidades do Interior da China”. Por outro lado, deve-se incentivar a Ilha de Hengqin a aproveitar a rede internacional de comércio de Macau e as vantagens de Macau, enquanto plataforma entre a China e os PLP, para atrair capital internacional, tecnologia e talentos, criando uma janela importante para as empresas do Interior da China se “expandirem para o exterior”, e aproveitar Macau como “ponto da linha da frente” para as empresas dos PLP e internacionais entrarem no mercado do Interior da China, demonstrando plenamente o valor estratégico de “atender às necessidades do País e aproveitar as vantagens de Macau”.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ngan Iek Hang.

Ngan Iek Hang: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O título da minha intervenção de hoje é promover o desenvolvimento da indústria da ciência e tecnologia.

Actualmente, no mundo, está em curso uma nova transformação profunda ao nível tecnológico e industrial. O rápido desenvolvimento das tecnologias de ponta, como megadados, inteligência artificial, circuitos integrados, ciência e tecnologia aeroespacial e biomedicina, está a remodelar profundamente o panorama industrial global e os estilos de vida da sociedade. A capacidade de inovação tecnológica tornou-se o motor central para medir a competitividade regional e impulsionar o progresso socioeconómico.

A proposta do 15.º Plano Quinquenal Nacional define explicitamente como objectivo principal “acelerar a auto-suficiência e o auto fortalecimento de alto nível em ciência e tecnologia”. Guiado por esta orientação, o Governo da RAEM implementou proactivamente medidas, aperfeiçoando continuamente os seus programas de financiamento à investigação, formação de talentos e apoio às empresas, e delineando diversas medidas no Relatório das LAG para o próximo ano, o que demonstra, plenamente, a determinação do Governo em promover a indústria da ciência e tecnologia. Isto não só aumenta a confiança dos operadores e dos investidores, como também cria oportunidades mais amplas para os talentos locais da área da tecnologia.

Para impulsionar a indústria da ciência e tecnologia de Macau rumo a um progresso substancial, apresento as seguintes sugestões:

1. Acelerar a implementação do planeamento e criar uma nova plataforma para a concentração da indústria de ciência e tecnologia. Segundo as opiniões públicas recolhidas pelo Governo sobre o planeamento do “Parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias de Macau”, sugere-se ao Governo que, com base nessas opiniões, defina, quanto antes, os objectivos de desenvolvimento, o sistema industrial, a distribuição dos espaços e o rumo da implementação do Parque, aperfeiçoe os equipamentos complementares e estude políticas de apoio que abranjam impostos, instalações de fábricas, circulação de capitais, transferência de dados, transporte de mercadorias e desenvolvimento conjunto das indústrias de Hengqin e de Macau, para aumentar as expectativas do mercado. E que, antes da entrada em funcionamento do Parque, acelere a concretização do “Centro internacional da indústria de ciências e tecnologias”, e ofereça às empresas interessadas em se estabelecerem em Macau uma plataforma transitória e serviços de apoio, para efectivar a “construção, introdução e desenvolvimento em simultâneo” e acumular a energia industrial atempadamente.

2. Aperfeiçoar a legislação relativa à indústria tecnológica e promover o desenvolvimento sustentável. Sugere-se ao Governo que organize e reveja os diplomas legais vigentes relacionados com a inovação científica e tecnológica. E que, a longo prazo, concentre-se na procura real da indústria, especialmente nas áreas chave, como a protecção da propriedade intelectual e o desenvolvimento do Parque, estude e aperfeiçoe, de forma prospectiva, os respectivos diplomas legais, e crie uma sólida garantia jurídica para a inovação científica e tecnológica e o desenvolvimento sustentável da indústria.

3. Criar apoios para todas as fases e abrir cadeias de crescimento para as empresas de inovação científica e tecnológica. Sugiro ao Governo que reforce a comunicação com os respectivos sectores; tomando como referência as experiências de sucesso de outras regiões,

avaliar sistematicamente e integrar as medidas de apoio existentes; e planeie, de forma prospectiva, as políticas de apoio às diversas fases das empresas de inovação científica e tecnológica. Mais, há que acelerar o estudo e a criação de um fundo para as indústrias do Governo e um fundo de orientação, para apoiar, através de meios financeiros diversificados, o desenvolvimento próspero da indústria de ciência e tecnologia de Macau.

Em suma, o desenvolvimento da indústria científica e tecnológica é uma tarefa de longo prazo que requer visão prospectiva, paciência e sinergia. Espero que o Governo, em conjugação de esforços com o sector em causa e os diversos sectores da sociedade, agarre as oportunidades e promova, em conjunto, a indústria científica e tecnológica de Macau, injectando uma nova e forte força motriz para a diversificação da economia.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Hong Sai.

Leong Hong Sai: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde a todos.

O título da minha intervenção de hoje é o seguinte: construção activa do bairro cultural e turístico integrado a nível internacional para que os artistas locais dêem asas aos seus talentos.

Macau é um local rico em património mundial e formas de expressão artística. O Governo está a construir, activamente, o bairro cultural e turístico integrado a nível internacional. Garantir que o desenvolvimento da cultura e do turismo estão em harmonia com a transmissão das artes locais e criar uma plataforma mais ampla para o crescimento dos artistas locais, constituem desafios fundamentais para o avanço da modernização urbana e cultural. O desenvolvimento do dito bairro cultural e turístico não é, de forma alguma, uma mera acumulação de elementos cénicos. O seu valor central reside em incorporar a cultura como alma e a arte como essência, permitindo aos visitantes experimentar o encanto das viagens enquanto imergem no calor humano da cidade. Os artistas locais são os verdadeiros criadores e transmissores desse calor humano.

Desde a azáfama em ruas e becos antigos até à presença marcante do património cultural intangível, desde a transmissão das artes tradicionais até à fusão entre a tecnologia e a arte, o tecido cultural de Macau contém uma inspiração criativa inesgotável. Por conseguinte, com base nos caminhos práticos do bairro cultural e turístico, apresento as seguintes sugestões centradas em três vertentes principais: expansão espacial, garantia de capitais e formação de talentos:

1. Criar um espaço artístico com características comunitárias. Quanto ao objectivo de

construir um bairro cultural e turístico integrado a nível internacional, propõe-se que se proceda à revitalização dos bairros comunitários, transformando as instalações do património cultural intangível e as ruas e travessas antigas em recintos para exposições artísticas, integrando as exposições artísticas nas ruas e museus dos bairros antigos e ultrapassando as limitações das galerias artísticas tradicionais. Os artistas podem inspirar-se na história e na cultura dos bairros, e as suas obras podem tornar-se um ponto de “check-in”, efectivando a reciprocidade das viagens culturais, artísticas e comunitárias. Assim, há que orientar os artistas no sentido de explorarem a vida urbana e os costumes populares dos bairros comunitários, aproximar as suas criações artísticas à vida local, e fazer com que os turistas sintam a atmosfera humanista de Macau.

2. Dar continuidade e melhorar o Plano do Fundo de Artes. Sugiro ao Governo que implemente medidas como o “Plano de Apoio Financeiro aos Projectos do Património Cultural Intangível”, para incentivar os artistas locais a criarem obras relacionadas com o património cultural intangível, nomeadamente a ópera cantonense e o Festival do Dragão Embriagado. O apoio financeiro é atribuído tanto para a realização de espectáculos temáticos ou para a criação de obras derivadas de arte classificada como património cultural intangível, o que contribui para a transmissão do património cultural intangível e para a criação de um novo circuito criativo para os artistas.

3. Promover activamente a formação de quadros qualificados em Arte e Tecnologia. No que respeita à captação de quadros qualificados para o desenvolvimento do bairro turístico e cultural, sugere-se que, com base nos projectos das instituições de ensino superior e das áreas profissionais de Macau, se providencie formação aos artistas sobre a convergência entre tecnologia e arte. Para além disso, a inteligência artificial possibilita que os artistas aprendam a utilizar tecnologias de realidade virtual na criação artística e dominem as tecnologias avançadas, para oferecer experiências artísticas imersivas nesse bairro. Mais, também se podem organizar eventos de criação artística conjunta, em *workshops* ou seminários para artistas locais e artistas famosos das instituições de ensino superior do Interior da China. Ao mesmo tempo, deve-se criar uma zona de exposição exclusiva para os artistas locais nas feiras internacionais, no sentido de lhes proporcionar mais oportunidade de diálogo com o sector artístico internacional, com vista a alargar os seus horizontes criativos e a elevar a sua reputação a nível internacional.

A construção de um ecossistema virtuoso em que “o turismo cultural capacita a arte, e a arte ilumina o turismo cultural” permite que o talento dos artistas locais seja plenamente libertado e que o encanto turístico-cultural de Macau brilhe com todo o seu esplendor.

Obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O título da minha intervenção de hoje é melhorar os *software* e *hardware* para cultivar hábitos de leitura em Macau.

Nos últimos anos, o Governo tem promovido, activamente, o desenvolvimento de uma “cidade da leitura”, nomeadamente disponibiliza diversos recursos de leitura e actividades promocionais, tendo melhorado os *software* e *hardware* das bibliotecas públicas, a par de muitas outras medidas que contribuem para cultivar hábitos de leitura em família e promover a cultura da leitura. Este ano, a par da organização do evento “Mês de Leitura Conjunta em Toda a Cidade de Macau”, em resposta ao “Dia Mundial da Leitura”, foi lançado também, no início de Dezembro, o primeiro “Festival da Leitura de Macau 2025” nas Casas-Museu da Taipa, sob o tema “Férias de Leitura Divertidas”. Este carnaval de leitura ao ar livre constituiu uma experiência relaxante, terapêutica e culturalmente enriquecedora, demonstrando o compromisso e a inovação contínua do Governo na promoção da cultura da leitura.

No final de Novembro deste ano, a reunião executiva do Conselho de Estado analisou e aprovou o projecto de “Regulamento de Promoção da Leitura para Todos”, o qual oferece garantias de leitura a todos os cidadãos. Com o reforço de conteúdos de qualidade, a melhoria das instalações e dos serviços, a inovação das aplicações tecnológicas e o enriquecimento das actividades promocionais, será possível elevar os padrões ideológicos e éticos, a literacia científica e a sofisticação cultural de toda a nação. Isto injectará um poderoso impulso espiritual no avanço da modernização ao estilo chinês. Espero que a implementação desta política forneça orientação e inspiração significativas para o desenvolvimento da cultura da leitura em Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Espero que o Governo acelere a construção do sistema de digitalização das bibliotecas para, através da introdução da tecnologia inteligente, da personalização dos serviços, do seu desenvolvimento e da gestão dos recursos digitais, da definição de estratégias personalizadas para diferentes grupos e da integração da experiência das bibliotecas *online* e *offline*, entre outros, melhorar, ainda mais, a eficiência da gestão dos dados bibliográficos e oferecer óptimas experiências aos leitores com a modernização e digitalização dos serviços das bibliotecas de Macau.

2. Neste momento, são poucos os espaços públicos destinados à leitura de livros infantis e ao convívio familiar, os quais não correspondem à procura de actividades de leitura em família, quer em termos de área, quer de localização. Sugiro que sejam avaliadas as condições de utilização das bibliotecas nomeadamente o *software* e o *hardware*, de modo a alargar e melhorar, de forma contínua, os espaços de leitura para jovens e crianças.

3. O Governo lançou, em 2023, o “Programa de Leitura para Bebés e Crianças”, procedendo à distribuição de pacotes de leitura aos residentes que têm filhos com menos de 2 anos de idade, com vista a incentivar a leitura em família e a desenvolver bons hábitos de

leitura. Sugere-se que se alargue o âmbito etário do referido Programa e que se aumentem os tipos e a quantidade de livros, para abranger mais crianças e promover, de forma mais alargada, a leitura em família e a cultura de leitura.

4. Sugere-se ao Governo que aprofunde o modelo de colaboração interinstitucional e intersectorial, inovando na realização de actividades de leitura com formas e conteúdos diversificados. Ao mesmo tempo, há que reforçar a cooperação e o intercâmbio entre as bibliotecas de Guangdong, Hong Kong e Macau, através da conjugação de recursos e da partilha de experiências, para concretizar a integração eficiente e a complementaridade dos sistemas bibliotecários.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Ma Chi Seng. O título da nossa intervenção é aproveitar os Jogos Nacionais como uma oportunidade para aprofundar a estratégia “Desporto +” e abrir um novo capítulo no desenvolvimento de Macau.

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais, enquanto evento desportivo de nível nacional, co-organizada, pela primeira vez, entre Guangdong, Hong Kong e Macau, não só demonstrou um novo nível de cooperação entre as três regiões, como também dinamizou o desenvolvimento diversificado do “Desporto +” de Macau. Com a assinatura do “Acordo sobre o reforço da cooperação desportiva e promoção do desenvolvimento integrado do desporto” entre a Administração Geral do Desporto do Estado e os governos das três regiões, já existem orientações institucionalizadas sobre o intercâmbio e a cooperação no desporto de rendimento e na cultura desportiva. O Governo deve aproveitar melhor este período para transformar o entusiasmo gerado por esse evento em dinamismo urbano sustentável, promover o avanço estratégico de “Desporto +” e a integração profunda entre o desporto, a cultura e o turismo, dinamizar a economia comunitária e elevar a competitividade da cidade rumo a um desenvolvimento de alta qualidade.

A coorganização dos Jogos Nacionais pelas três regiões é uma oportunidade importante para aumentar a qualidade do desporto de Macau. Para promover a comercialização de competições, o Governo articulou os Jogos Nacionais com o Grande Prémio, adoptou medidas precisas para atrair turistas e criou um pacote de marcas desportivas e de produtos culturais e turísticos locais, para alargar o efeito das competições, transformar o entusiasmo momentâneo em benefícios económicos mensuráveis e em dinamismo industrial duradouro. E ainda, promoveu a interacção positiva entre as PME e os eventos, concretizou o princípio de “promover a indústria através das competições e a prosperidade através da indústria”, e

estendeu a resiliência e vitalidade dos Jogos Nacionais em Macau, para mostrar o espírito da nação chinesa e os êxitos de desenvolvimento obtidos na nova era, injectando um dinamismo duradouro à diversificação económica.

Na sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo iria envidar todos os esforços para desenvolver o desporto e o turismo, e que as zonas antigas da cidade têm uma base cultural profunda que pode produzir sinergias. No debate das Linhas de Acção Governativa foi salientado que no próximo ano, serão continuadas as medidas de “atração de passageiros para a zona”. No futuro, o Governo deve reforçar a integração dos elementos culturais e desportivos no turismo comunitário, promover a interacção entre o desporto e a comunidade, criando um cenário cultural e dinâmico integrado numa “ecosfera do turismo desportivo”. Serão explorados mais projectos desportivos de alto valor acrescentado a desenvolver em Macau, com mais oportunidades de negócios para as micro, pequenas e médias empresas dos bairros comunitários. Ao mesmo tempo, será aperfeiçoado o “Planeador de Viagem Inteligente -Macau Cheia de Diversão”, com mais elementos do turismo comunitário com características desportivas e culturais, e com maior ligação ao desporto, nomeadamente com os grandes eventos desportivos e culturais locais. Por exemplo, combinar a história antiga e os petiscos característicos com a cultura desportiva, permite criar um itinerário temático diversificado, sendo este também um mecanismo de monitorização e avaliação do turismo comunitário, o qual vai servir para otimizar continuamente os itinerários e as actividades de acordo com os dados recolhidos, cabendo às micro, pequenas e médias empresas comunitárias criar conjuntamente o “cartão-de-visita do desporto, cultura e turismo comunitário com características de Macau”. Para além disso, as autoridades devem promover activamente a cooperação com as cidades vizinhas, lançar itinerários turísticos comunitários que interliguem recursos desportivos e culturais de Guangdong, Hong Kong e Macau, no sentido de atrair mais turistas e promover a interligação entre as diversas regiões, e elevar, em conjunto, a competitividade global do turismo da Grande Baía.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lei Wun Kong.

Lei Wun Kong: Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Wong Ka Lon em relação às Políticas de captação de investimento, serviços de valorização e fiscalização do Parque de Ciências e Tecnologias.

A economia de Macau depende excessivamente das receitas do jogo, mas, com o surgimento da inteligência artificial na indústria, os jovens deixam de estar entusiasmados com o jogo *offline*. Com o passar do tempo, as mudanças da conjuntura exterior e outros factores, as receitas do jogo podem ser instáveis e afectadas. Assim, o projecto do Parque de Ciências e Tecnologias é a chave da diversificação adequada da economia.

Actualmente, os empresários são mais conservadores. Para promover com eficiência o projecto do Parque em causa, o Governo deve tomar a iniciativa de captar investimentos e

prestar serviços de valorização. Apesar dos esforços envidados pelos serviços públicos, nomeadamente pela Secretaria para a Economia e Finanças e pelos seus serviços subordinados, é necessário criar e aperfeiçoar políticas de captação de investimento, os serviços pós-investimento e a fiscalização do referido Parque.

Nos últimos anos, as cidades-modelo do Interior da China definiram cinco modelos para atrair investimentos. O primeiro é através do capital, “fundos + indústrias”, o governo cria um fundo industrial para promover a implementação dos projectos, como a indústria de biotecnologia de Suzhou. O segundo é através de *cluster* “liderado pelas indústrias dominantes”, ou seja, criar um *cluster* industrial em torno das empresas dominantes, por exemplo, em Shenzhen é a Huawei que impulsiona as respectivas indústrias. O terceiro baseia-se no “fornecimento orientado pela procura”, isto é, explorar cenários de aplicação para atrair empresas tecnológicas, por exemplo, a empresa *Hangzhou City Brain* integrou a *Alibaba Cloud* para desenvolver a aplicação da IA. O quarto assenta na “correspondência inteligente de dados” para captar investimentos digitais, ou seja, na criação de *big-data* para definir com precisão as empresas-alvo, como o sistema de “captação de investimento digital” em Cantão. O quinto baseia-se na “cooperação inter-regional”, ou seja, transcende-se a delimitação das regiões administrativas, como a zona de cooperação Shenzhen-Shantou, liderada por Shenzhen.

Macau, enquanto micro-economia, para além da falta de recursos humanos e de terrenos, é preciso desenvolver políticas de diferenciação e maximizar as nossas vantagens singulares (tais como, do princípio “um país, dois sistemas”, de porto franco, de zona aduaneira autónoma, do regime fiscal simples, de plataforma de ligação com os países de língua portuguesa e do sistema do direito europeu, e transformar tudo isto em pontos e serviços concretos e atractivos para a captação de investimentos), e transformar Macau numa plataforma de interligação entre as empresas científicas e tecnológicas da China e dos PLP. Assim, podemos tomar as seguintes medidas: 1) com base no acordo de desempenho, promover a orientação industrial através de uma participação social estratégica do fundo industrial, por forma a conseguir o efeito de alavancagem do capital com risco controlado; 2) promover a cooperação na captação de investimentos inter-regionais, definir claramente a divisão do trabalho com Henqin e assegurar a eficácia do investimento; 3) captar talentos locais e internacionais para atracção de investimentos, atribuindo aos candidatos qualificados o estatuto de residente não permanente; 4) criar um banco de grande dimensão para atracção de investimentos, etc. Neste momento, é necessário que o Governo concretize as políticas de captação de investimento mediante incentivos jurídicos dirigidos a empresários que queiram entrar no parque. Devem ser clarificados o modelo de captação de investimento, a gestão operacional e as políticas preferenciais, entre outras etapas-chave. Deve-se assegurar a captação de investimentos de alto nível e detalhar o processo de gestão *a posteriori*, de modo a destacar a mudança do papel do Governo, de gestor para prestador de serviços, concretizando-se a articulação dessas medidas com o 15.º Plano Quinquenal do País e as necessidades e vantagens de Macau.

Aquando da captação de investimentos, as cidades-modelo do Interior da China, para além de prestarem serviços de valor acrescentado às empresas para investimentos, devem facilitar o desenvolvimento dessas empresas, orientando-as para o seu crescimento contínuo.

Concluído o processo de captação de investimentos, segue-se a fase de monitorização do valor de produção e da intensidade de investimento por acre de terra, que será usada como base para determinar o valor dos subsídios e benefícios concedidos pelos respectivos governos.

Embora seja difícil para Macau a adopção do modelo de quantificação por acre de terra, pode proceder-se a uma quantificação adequada, tendo em conta as suas próprias necessidades. Por exemplo, tomando como indicadores quantitativos a intensidade do emprego, a dimensão do investimento e a eventual entrada no mercado de capitais. Assim, com esses valores determina-se o apoio financeiro que é concedido, bem como os benefícios fiscais e outras medidas de incentivo. Paralelamente, como a área do parque científico e tecnológico e os recursos humanos são limitados, é preciso definir melhor a proporção de cada sector, mas deve evitar-se a procura cega de envergadura “grande e completa”. Além disso, as políticas devem orientar-se para a cooperação Hengqin-Macau, para a cooperação dentro e fora do parque, e para o efeito da indústria-academia-investigação.

Em suma, o Governo deve criar um sistema aperfeiçoado de serviços de valor acrescentado e de supervisão quantitativa para a captação de investimentos, por forma a conseguir avanços em várias dimensões, nomeadamente no “posicionamento industrial, nas excelentes políticas complementares, na sinergia profunda entre Macau e Hengqin, na ecosfera do processo de captação de investimento e na gestão da confiança de negócios”.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, terminámos as intervenções no período de antes da Ordem do Dia. Façam o favor de aguardar um momento.

(Entrada dos Representantes do Governo no hemiciclo)

Presidente: Em primeiro lugar, dou as boas-vindas ao Sr. Secretário Tai Kin Ip e aos Srs. Membros do Governo presentes na reunião de hoje.

Passamos agora ao primeiro ponto da Ordem do Dia, que é discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2026”.

Peço agora ao Sr. Deputado Ip Sio Kai, Presidente da 2.^a Comissão Permanente, que faça a apresentação.

Ip Sio Kai: Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo, caros Colegas:

Vou apresentar os trabalhos efectuados pela 2.^a Comissão Permanente, no âmbito da apreciação da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2026”:

A proposta de “Lei do Orçamento de 2026” foi apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo da RAEM em 19 de Novembro de 2025, sendo, na mesma data, admitida pelo

Presidente da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais, tendo, de seguida, sido distribuída uma cópia da mesma a todos os Deputados.

A sobredita proposta de lei foi apresentada, discutida, votada e aprovada na generalidade em reunião plenária realizada no dia 25 de Novembro de 2025. Posteriormente, foi distribuída à 2.^a Comissão Permanente para efeitos de apreciação e análise na especialidade, nos termos do Despacho do Presidente da Assembleia Legislativa.

A Comissão reuniu-se nos dias 27 de Novembro e 2, 3 e 10 de Dezembro de 2025, tendo contado com a presença de representantes do Governo nas reuniões dos dias 2 e 3 de Dezembro, os quais prestaram as devidas explicações e esclarecimentos em relação às questões levantadas pelos Deputados.

O Governo da RAEM prevê que a indústria do turismo continue a desenvolver-se em 2026, no entanto, há que ter em consideração as incertezas do ambiente externo e da conjuntura económica, ponderando globalmente os diversos factores e tendo como fundamento o princípio de gestão financeira prudente. Prevê-se que as receitas brutas do jogo atinjam 236 mil milhões de patacas em 2026, valor que servirá de base principal para a elaboração do orçamento para o próximo ano.

As despesas orçamentais do ano económico de 2026 demonstram que o Governo vai continuar a implementar uma série de medidas favoráveis ao bem-estar da população, incluindo o “Plano de comparticipação pecuniária”, o “Programa de comparticipação nos cuidados de saúde”, o “Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo”, a “Subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica para unidades habitacionais”, o “Subsídio de escolaridade gratuita”, o “Subsídio de propinas aos alunos que não sejam beneficiários da escolaridade gratuita”, o “Subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior”, o “Subsídio para aquisição de materiais escolares para estudantes”, o “Subsídio para pessoal docente das escolas particulares”, o “Subsídio para idosos”, a “Pensão para idosos”, a “Pensão de invalidez”, o “Subsídio de invalidez”, entre outras.

No que diz respeito às medidas de dedução e isenção fiscais, para além de manter as medidas de dedução e isenção fiscais da “Contribuição Industrial”, do “Imposto de Selo”, do “Imposto de Turismo”, do “Imposto Complementar de Rendimentos”, do “Imposto Profissional”, da “Contribuição Predial Urbana”, etc., mantêm-se as duas medidas de dedução e isenção fiscais para promover o desenvolvimento do sector financeiro moderno e da inovação científica e tecnológica: a isenção do imposto complementar de rendimentos e do imposto de selo sobre os rendimentos gerados pela emissão e compra e venda de títulos de obrigações por empresas privadas em Macau; e a dedução da matéria colectável do imposto complementar de rendimentos sobre as despesas de investigação e desenvolvimento de actividades de inovação científica e tecnológica das empresas qualificadas.

Além disso, foram introduzidas três novas medidas de dedução e isenção fiscais, nomeadamente:

- 1.) Ajustamento de medidas de benefícios fiscais para o sector imobiliário;
- 2.) Introdução de medidas de benefícios fiscais para centros de tesouraria empresarial;
- 3.) Introdução de medidas de benefícios fiscais para fundos de investimento.

Após uma ampla discussão com os representantes do Governo, no sentido de conhecer a intenção política do Governo e o conteúdo das medidas, a Comissão apresentou algumas sugestões para a optimização das disposições legais. Posteriormente, o Governo apresentou a 2.^a versão da proposta de lei.

Sintetizados os factores referidos, a receita orçamentada do orçamento ordinário integrado para o ano económico de 2026 é de 118,8 mil milhões de patacas, e a despesa orçamentada é de 113,48 mil milhões de patacas, verificando-se um saldo orçamental de 5,31 mil milhões de patacas, que inclui 5,22 mil milhões de patacas dos saldos do orçamento central e 91,6 milhões de patacas do orçamento dos serviços e organismos autónomos, uma vez que a receita orçamentada é superior à despesa orçamentada. No que diz respeito ao orçamento agregado dos organismos especiais, a receita orçamentada é de 30,94 mil milhões de patacas, a despesa orçamentada é de 20,81 mil milhões de patacas, e o resultado líquido do exercício é de 10,14 mil milhões de patacas. As despesas do orçamento agregado de investimento dos organismos especiais cifram-se em 460 milhões de patacas.

Por fim, durante a apreciação e análise da proposta de lei, a Comissão deu especial atenção ao seguinte:

- Às razões da redução da receita orçamentada do “Imposto especial sobre o jogo”;
- Às razões do aumento da receita orçamentada do “Imposto complementar de rendimentos” e do “Imposto profissional”;
- Ao número e à tipologia das fracções de habitação económica com venda prevista em 2026;
- Às razões do aumento da despesa orçamentada do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização em 2026, e aos respectivos planos de actividades;
- Às razões do aumento da despesa orçamentada das “Contas individuais do regime de previdência central não obrigatório”;
- Às razões de os valores previstos para pagar os compromissos assumidos em 2026 dos programas “Sistema de Transportes Colectivos Urbanos de Macau”, “Habitação Pública”, “Aterros” e “Construção da Zona A dos Novos Aterros Urbanos” do PIDDA serem superiores aos valores das despesas orçamentadas;

- Ao plano concreto, ponto de situação e modelo de funcionamento dos futuros “Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau – 1.ª fase da parte oeste da Zona E1 dos Novos Aterros” e “Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau – 1.ª fase do lote de terreno da Avenida Wai Long” do PIDDA;

- Ao plano de funcionamento da “Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin”, por parte da Universidade de Macau, da Universidade Politécnica de Macau e da Universidade de Turismo de Macau, incluindo a respectiva participação de capital e fontes orçamentais para o seu funcionamento;

- À forma de utilização e à finalidade do orçamento inscrito na rubrica “Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”.

Os representantes do Governo prestaram esclarecimentos sobre as questões apresentadas pela Comissão, os quais constam do parecer para consulta dos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Caros Colegas:

Apreciada e analisada a proposta de lei, a 2.ª Comissão Permanente é de parecer que a mesma reúne condições para ser apreciada e votada, na especialidade, pelo Plenário. Submete-se, agora, a proposta de lei à apreciação do Plenário.

Muito obrigado!

Presidente: Passamos agora à discussão na especialidade, começando pelo artigo 1.º e pelos Anexos I e II.

Gostaria de saber se há alguma opinião a apresentar? Não há opiniões.

Vamos proceder à votação.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Passamos agora à discussão dos artigos 2.º a 4.º da proposta de lei. Façam o favor de manifestar as vossas opiniões.

Não há opiniões.

Vamos proceder à votação dos artigos 2.º a 4.º da proposta de lei. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Passamos agora à discussão dos artigos 5.º a 9.º da proposta de lei. Gostaria de saber se há alguma opinião a apresentar?

Não há opiniões.

Vamos proceder à votação dos artigos 5.º a 9.º da proposta de lei. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Passamos agora à discussão dos artigos 10.º a 17.º da proposta de lei. Gostaria de saber se há alguma opinião a apresentar?

Não há opiniões.

Vamos proceder à votação dos artigos 10.º a 17.º da proposta de lei. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Passamos agora à discussão dos artigos 18.º a 21.º da proposta de lei. Façam o favor de manifestar as vossas opiniões.

Não há opiniões.

Vamos proceder à votação dos artigos 18.º a 21.º da proposta de lei. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Passamos agora à discussão dos artigos 22.º a 25.º da proposta de lei. Gostaria de saber se há alguma opinião a apresentar?

Não há opiniões.

Vamos proceder à votação dos artigos 22.º a 25.º da proposta de lei. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Passamos agora à discussão dos artigos 26.º a 28.º da proposta de lei. Façam o favor de manifestar as vossas opiniões.

Não há opiniões.

Vamos proceder à votação dos artigos 26.º a 28.º da proposta de lei. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

A proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2026” foi aprovada na especialidade. Gostaria de saber se há alguma declaração de voto?

Não há declarações de voto.

Concluimos este ponto da Ordem do Dia.

Peço a todos que aguardem um momento, pois haverá uma substituição de representantes do Governo.

(Saída de um grupo de membros do Governo e entrada de outro)

Presidente: Passamos agora ao segundo ponto da Ordem do Dia, que é discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 5/2020 – Salário mínimo para os trabalhadores”.

Agora convido a Sr.ª Deputada Wong Kit Cheng, Presidente da 1.ª Comissão Permanente, a fazer a apresentação.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo, caros Colegas:

Vou, em representação da 1.ª Comissão Permanente, fazer a seguinte apresentação sobre a proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 5/2020 – Salário mínimo para os trabalhadores”:

A proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 5/2020 – Salário mínimo para os trabalhadores” foi aprovada na generalidade na reunião plenária de 4 de Novembro de 2025 e, no dia seguinte, foi distribuída, através do Despacho do Presidente da Assembleia Legislativa, à 1.ª Comissão Permanente, para efeitos de apreciação na especialidade.

Assim, a Comissão realizou três reuniões, e numa delas contou com a presença de representantes do Governo, que prestaram esclarecimentos sobre os trabalhos de revisão do valor do salário mínimo, as ponderações políticas e o impacto causado pela sua implementação, questões alvo da atenção da Comissão.

A Lei n.º 5/2020 (Salário mínimo para os trabalhadores) entrou em vigor em 1 de Novembro de 2020 e, nos termos do seu artigo 9.º, a primeira revisão foi já concluída em 2023, tendo sido publicada a Lei n.º 19/2023, com o aumento do valor do salário mínimo a partir de 1 de Janeiro de 2024.

A presente revisão diz respeito à situação da implementação da lei reportada ao período entre 1 de Novembro de 2022 e 31 de Outubro de 2024. Após uma ponderação abrangente de um conjunto dos factores, como a macroeconomia, a garantia dos direitos e interesses dos trabalhadores, o custo operacional dos empregadores, a capacidade dos residentes de suportar os custos, o ambiente de negócios e a competitividade global da RAEM durante o período abrangido pela segunda revisão, em conjugação com a recente conjuntura económica, e após a auscultação das opiniões do Conselho Permanente de Concertação Social, o Governo sugere o aumento do valor do salário mínimo em 2,9 por cento.

Durante a apreciação, o Governo prestou esclarecimentos à Comissão sobre o aumento e facultou-lhe dados concretos e opiniões dos representantes das partes laboral e patronal no seio do Conselho Permanente de Concertação Social, para efeitos de referência, portanto, a Comissão manifestou a sua plena compreensão e respeito por esta política.

A fim de reduzir os conflitos entre as partes laboral e patronal, alguns membros da Comissão sugeriram que o Governo tomasse como referência a prática das regiões vizinhas e definisse critérios quantitativos e fórmulas de cálculo mais científicos, aperfeiçoando o mecanismo de revisão do valor do salário mínimo. Conforme reiterou o Governo, a fixação do salário mínimo tem por objectivo assegurar uma protecção salarial mínima aos trabalhadores após a prestação de trabalho, evitando salários demasiado baixos, mas, é também necessária uma plena ponderação de diversos factores; mais, os métodos de cálculo baseados em fórmulas carecem de flexibilidade, não podem ser actualizados segundo as mudanças sociais, nem ter em conta quer as pressões enfrentadas pelas microempresas e PME durante o período de transformação, quer a sua capacidade de resistência. O mesmo sublinhou que Macau é uma microeconomia e, assim, mais susceptível às flutuações externas, portanto, a actualização deve ser feita com base numa análise global da situação própria de

Macau. Neste momento, é preciso ainda observar a situação da implementação da lei para, depois, ponderar aperfeiçoar o mecanismo de revisão.

O Governo estima que, após a presente actualização salarial, o número de trabalhadores beneficiários será de cerca de 18 200 pessoas e, excluindo os trabalhadores domésticos, representará 4,4 por cento do total de trabalhadores. Uma vez que os principais grupos de beneficiários são os trabalhadores que exercem funções de segurança e limpeza, a Comissão deu atenção ao impacto do aumento do valor do salário mínimo na administração predial, nomeadamente aos conflitos de administração predial causados no passado, à situação de pagamento de salários em atraso devido à impossibilidade de suportar os custos adicionais e respectivas reclamações, e espera que os serviços competentes façam bem os trabalhos de acompanhamento, coordenação e comunicação. Durante a reunião, na perspectiva dos serviços de segurança e de limpeza adjudicados pelos serviços públicos e de administração de prédios privado, o Governo apresentou as experiências adquiridas no passado e as respectivas medidas complementares, e afirmou que o aumento sugerido é relativamente moderado, acreditando que o sector de administração predial pode absorver a pressão resultante dos custos adicionais com os trabalhadores.

Por fim, a proposta de lei sugere que o valor do salário mínimo entre em vigor em 1 de Janeiro de 2026. A Comissão entendeu que a fixação desta data assegura o aumento atempado do valor do salário mínimo ao fim de dois anos, portanto, manifestou o seu reconhecimento, e espera que o Governo faça bem os trabalhos de divulgação e generalização da lei dentro do período de *vacatio legis*, ainda que seja apertado, e aumente a eficiência dos trabalhos da revisão, dando à sociedade tempo suficiente para se preparar e lidar com o impacto do aumento do valor do salário mínimo. O Governo fez saber que já tinha avançado com os respectivos trabalhos de divulgação, a fim de dar a conhecer aos sectores a sua intenção de aumentar o salário mínimo; e após a aprovação e publicação da proposta de lei, o mesmo vai continuar a manter a comunicação com o sector e as respectivas associações e realizar, através de diversos canais, acções de divulgação. Quanto ao aperfeiçoamento dos procedimentos de revisão, o Governo prometeu que vai melhorar o tempo e o mecanismo de recolha de dados e acelerar os trabalhos.

Sr. Presidente, caros Colegas:

A 1.^a Comissão Permanente, apreciada na especialidade a proposta de lei, entende que a presente revisão legislativa tem como objectivo aumentar o valor do salário mínimo, o que não só põe em execução, nos termos da lei, a disposição relativa à “revisão bienal”, como também implementa, efectivamente, as disposições relevantes da Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais e da Lei Básica, permitindo a actualização atempada do salário mínimo em função do desenvolvimento económico, e alcançando, entre outros objectivos da política de emprego, a promoção das condições de vida dos trabalhadores e a defesa dos seus direitos laborais. Os pormenores da discussão da Comissão podem ser consultados no parecer. Assim, a proposta de lei reúne os requisitos necessários para a sua discussão e votação, na especialidade, pelo Plenário. Submete-se, agora, a mesma à apreciação do Plenário.

Obrigada.

Presidente: Passamos agora à discussão na especialidade.

Discutimos, em primeiro lugar, o artigo 4.º constante do artigo 1.º. Façam o favor de manifestar as vossas opiniões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lei Leong Wong.

Lei Leong Wong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo, caros Colegas:

O meu foco não reside no aumento do valor previsto no artigo, mas sim nas medidas complementares que o Governo irá adoptar após a entrada em vigor do ajuste ao salário mínimo. Isto, porque algumas pequenas e médias empresas que prestam serviços de limpeza e segurança disseram-nos que, entre os diversos serviços públicos, há práticas diferentes: alguns concursos públicos indicam que os valores poderão ser ajustados em função do salário mínimo, enquanto outros estipulam expressamente que tal ajuste não é permitido. Já abordei esta questão no parecer, nomeadamente no ponto 21, que trata precisamente deste tema. Em Fevereiro deste ano, a Direcção dos Serviços de Finanças emitiu uma orientação aos diversos serviços, sugerindo que tivessem em conta o impacto potencial do ajuste ao salário mínimo e que incluíssem cláusulas flexíveis para possíveis ajustamentos futuros. Contudo, apesar da orientação ter sido emitida em Fevereiro, alguns contratos de adjudicação ainda não incluem essas disposições.

Por isso, a minha preocupação é a seguinte:

É evidente que o ajuste ao salário mínimo exige a colaboração de toda a sociedade. Contudo, não deveria o Governo reforçar a sua liderança neste aspecto, assegurando que o objectivo do ajuste seja efectivamente alcançado com o esforço conjunto de todos os sectores? É necessário o esforço conjunto dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo. A minha preocupação concreta é saber se, após a emissão da orientação em Fevereiro, o Governo já identificou quais os serviços que não a seguiram e quais as medidas subsequentes para a sua correcção. Como é do conhecimento geral, o salário mínimo é revisto de dois em dois anos. Se daqui a dois anos surgir novamente o mesmo problema, o impacto na operação das pequenas, médias e microempresas que prestam serviços de limpeza e segurança será particularmente acentuado.

Obrigado.

Presidente: Há mais Deputados que queiram pronunciar-se? Peço então aos representantes do Governo que respondam.

Secretário para a Economia e Finanças, Tai Kin Ip: Relativamente à questão já levantada anteriormente pelo Deputado Lei Leong Wong na reunião da Comissão, gostaria de fazer uma complementação. Já efectuámos consultas junto dos diversos serviços públicos e verificámos que a maior parte deles definiu cláusulas flexíveis, mas há também alguns serviços que, tal como o Deputado referiu, adoptam uma outra abordagem, isto é, exigem, nos cadernos de encargos para aquisição de serviços de segurança, que os fornecedores proponentes considerem previamente os possíveis ajustamentos do salário mínimo durante o período do contrato, reflectindo-os no preço da proposta apresentada.

Assim sendo, estes serviços adoptam esta modalidade, logo, os contratos, actualmente, não prevêem cláusulas flexíveis. No futuro, continuaremos a promover, junto desses serviços, que avancem gradualmente no sentido de incorporarem cláusulas flexíveis, o que constituirá uma prioridade do nosso trabalho subsequente.

Presidente: Há mais Deputados que queiram pronunciar-se?

Se não houver mais opiniões, passamos agora à votação do artigo 4.º constante do artigo 1.º. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Passamos agora à discussão na especialidade do artigo 2.º. Façam o favor de manifestar as vossas opiniões.

Não há opiniões.

Vamos proceder à votação na especialidade do artigo 2.º. Façam o favor de votar.

(Votação)

Presidente: A proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 5/2020 – Salário mínimo para os trabalhadores” foi aprovada na especialidade.

Gostaria de saber se há alguma declaração de voto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Lon Wai.

Lam Lon Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Apresento a seguinte declaração de voto conjunta em meu nome e, também, em nome dos Deputados Lei Cheng I, Leong Sun Iok e Leong Pou U:

A Lei “Salário mínimo para os trabalhadores” entrou em vigor a 1 de Novembro de 2020, sendo esta a segunda vez que o Governo propõe um aumento do valor. A proposta de lei foi, hoje, votada e aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, garantindo, através da revisão e ajustamento previstos na lei, a nível institucional, o nível de rendimento básico dos trabalhadores de base.

Dado que a entrada em vigor da lei ocorrerá a 1 de Janeiro do próximo ano, esperamos que as autoridades intensifiquem a divulgação e generalização da lei, reforçando especialmente a comunicação com os sectores relevantes, como a administração predial, a fim de ajudar os residentes e os sectores a cumprirem as disposições legais.

Além disso, a actual lei estabelece a “revisão bienal”, o que permite tempo suficiente para recolher dados e para que o Governo e o Conselho Permanente de Concertação Social procedam à discussão consoante a situação económica, iniciando os trabalhos legislativos sempre que necessário. Esperamos que, no futuro, o Governo optimize os procedimentos de revisão, aumente a eficiência e utilize indicadores mais científicos; quando for necessário um ajuste, deverá anunciar atempadamente à sociedade as propostas de valor e os respectivos dados, submetendo a proposta de lei à Assembleia Legislativa no momento oportuno. Isto permitirá, por um lado, otimizar oportunamente a protecção dos trabalhadores em conformidade com o desenvolvimento económico, e, por outro, através de uma melhor comunicação com os grupos relevantes, esclarecer claramente os critérios de aplicação do salário mínimo em diferentes métodos de cálculo de remuneração, ajudando a sociedade, especialmente os sectores e órgãos de administração de edifícios, a tomar conhecimento atempadamente da situação, dispondo de mais tempo para os ajustes necessários e reduzindo mal-entendidos e controvérsias.

Além disso, no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, o Governo deu resposta às sugestões apresentadas há vários anos pelo sector laboral, propondo avançar com os trabalhos de revisão legislativa no sentido de ajustar a duração da licença de maternidade e dos dias de férias anuais, bem como rever o montante máximo da remuneração mensal utilizado para calcular a indemnização por despedimento. Voltamos igualmente a sugerir que o Governo aperfeiçoe, de forma mais activa, os diplomas legais na área laboral, nomeadamente melhorando a Lei da contratação de trabalhadores não residentes, de modo a assegurar rigorosamente o princípio da prioridade de emprego para os trabalhadores locais; otimizando o regime de subsídios para formação, promovendo o emprego e a progressão dos trabalhadores locais; e aperfeiçoando o regime de compensação por acidentes de trabalho, entre outras medidas, reforçando ainda mais a protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores e o desenvolvimento destes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ip Sio Kai.

Ip Sio Kai: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Apresento a seguinte declaração de voto conjunta em meu nome e, também, em nome dos Deputados Chui Sai Peng Jose, Si Ka Lon e Ho Kevin King Lun:

Hoje realizámos a discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 5/2020 – Salário mínimo para os trabalhadores”, da qual votámos a favor.

O regime do salário mínimo constitui um mecanismo essencial para garantir o rendimento dos trabalhadores de base, sendo a sua revisão e ajuste realizados de acordo com a lei. Os sectores industrial e comercial compreendem e respeitam o ajuste efetuado pelo Governo ao salário mínimo. As medidas em causa poderão melhorar a protecção básica dos trabalhadores com baixos rendimentos, reflectindo os esforços do Governo da RAEM na procura do equilíbrio entre os interesses laborais e patronais.

Os sectores industrial e comercial sempre reconheceram que, em circunstâncias de melhoria do ambiente de negócios e de aumento dos rendimentos, devem partilhar com os trabalhadores os frutos do desenvolvimento, dando importância à manutenção de boas relações entre empregadores e trabalhadores, com vista à construção de uma sociedade harmoniosa. No entanto, importa salientar que a recuperação económica actual permanece desigual, sendo que as tradicionais micro, pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades operacionais mais acentuadas e uma capacidade de suporte efectiva limitada.

Esperamos que o Governo da RAEM, na sua acção governativa, preste maior atenção à dinamização da vitalidade dos agentes de mercado, apoiando designadamente o desenvolvimento dos negócios das micro, pequenas e médias empresas, aliviando os seus encargos e fortalecendo as suas capacidades, simplificando, de forma incisiva, os procedimentos administrativos e assegurando a disponibilidade de recursos laborais. No estudo da melhoria das regalias e protecção dos trabalhadores, deverá ser tida em devida conta a efectiva capacidade de suporte das micro, pequenas e médias empresas, cabendo à sociedade, através dos seus recursos, assumir os incrementos a nível social, de modo a reduzir os custos não produtivos que recaem sobre estas empresas.

Ao mesmo tempo, sugerimos que o Governo, nos futuros trabalhos de revisão do salário mínimo, aumente ainda mais a transparência e a prospectividade do regime, divulgando atempadamente à sociedade os sinais da orientação política, de forma a que as empresas e o mercado disponham de tempo suficiente para planeamento e preparação, estabilizando assim as expectativas empresariais e mantendo a competitividade global.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Há mais declarações de voto?

Agradeço ao Sr. Secretário Tai e aos demais Srs. Membros do Governo pela presença nesta reunião.

Concluimos todos os pontos da Ordem do Dia. Fica encerrada a sessão.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Divisão de Redacção e Publicações